



PESSOAS e LUGARES

Bolsa de Terras entra em vigor

Governo espera aumentar o volume e o valor da produção agrícola.

p.3

Encontro Nacional de Desenvolvimento Local

Abordagens e resultados em discussão.

p.7



Políticas públicas

para os territórios rurais

Rota pelas Aldeias de Portugal

Onde a tradição permanece

p.22-23

A saúde dos territórios rurais contagia o país

Entrevista com Francisco Gomes da Silva, Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural

p.14-17



Em toda a Europa discute-se a configuração dos regulamentos dos fundos comunitários no próximo período de programação. A discussão realiza-se a vários níveis: central, entre os diferentes organismos e instituições europeus; entre as instituições europeias e os Estados-Membros; e, dentro de cada Estado-Membro, entre os organismos da Administração Pública e as organizações representativas de diferentes setores.

A Federação MINHA TERRA tem também participado neste debate a nível nacional, em particular no que respeita ao desenvolvimento local rural e à abordagem LEADER. Simultaneamente estamos a promover, a nível regional e local, uma ampla reflexão centrada nos desafios que se colocam aos territórios rurais e nas propostas e soluções mais adequadas à intervenção das ADL/GAL.

Os regulamentos comunitários consagram a figura do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) como uma metodologia de excelência baseada no sucesso de 20 anos da abordagem LEADER. Esta metodologia assente em parcerias locais diversificadas, mas estruturadas em torno de programas de desenvolvimento definidos e executados localmente, poderá constituir-se como um importante instrumento, alinhado com a estratégia “Europa 2020”, de combate à crise. A possibilidade de uma intervenção multifundos no contexto do DLBC/LEADER, representa um desafio significativo para todas as partes nele envolvidas, sejam os organismos da administração central responsáveis pela programação, sejam as estruturas regionais da administração, sejam as parcerias e os agentes locais. No entanto, a sua concretização revelará a maturidade de todos os agentes envolvidos pela capacidade de coordenação e integração que implica, que possuirá um potencial enorme na melhoria da eficácia das políticas públicas pelo nível de aproximação às populações que estas ganham e pela adequação que alcançam. O desafio é enorme, mas a atual situação do país requer uma mobilização geral da sociedade e uma atenção muito particular da administração na construção de soluções ajustadas às pessoas e aos territórios. Neste contexto o DLBC poderá vir a constituir-se como uma oportunidade concretizada ou uma oportunidade perdida.

Recordamos que o LEADER foi, ao longo de mais de 20 anos, uma abordagem criada, experimentada e executada no contexto do desenvolvimento rural, revelando a preocupação, por parte da DG AGRI e do Ministério da Agricultura em Portugal, em abraçar intervenções com grande caráter inovador que promovessem a consolidação do desenvolvimento das comunidades rurais numa perspetiva de articulação das dimensões coesão, sustentabilidade e competitividade. Esta experiência do Ministério da Agricultura coloca-o, atualmente, face aos demais intervenientes no processo de programação, num papel específico e relevante para a construção de um modelo DLBC/LEADER multifundos.

Ainda no que respeita ao nível da programação em Portugal, consideramos que é fundamental recuperar na abordagem LEADER todas as dimensões que lhe conferem a sua especificidade positiva e que se perderam de forma mais significativa na transição da Iniciativa Comunitária LEADER para os Programas de Desenvolvimento Rural (PRODER, PRORURAL e PRODERAM). É relevante manter a lógica de uma intervenção territorial assente em parcerias locais dinâmicas, que numa abordagem local (ascendente) constroem e executam, com autonomia de decisão (porque financiadas numa lógica de “subvenção”), estratégias de desenvolvimento local integradas e multisetoriais, caracterizadas pela inovação e incorporação do conhecimento e assentes numa perspetiva de trabalho em rede e de cooperação. Exatamente porque já há processos de desenvolvimento local em curso por quase todo o país que não deveriam ser interrompidos, impõe-se um processo de transição rápido e uma regulamentação muito menos complexa que a atual e que potencie a abordagem LEADER/DLBC nos territórios.

A questão da escala territorial de intervenção no DLBC constitui-se como um aspeto central na temática do desenvolvimento local. Se o LEADER tem assentado a sua intervenção numa escala (10 mil a 150 mil habitantes) e natureza de territórios (território-recurso), com eficácia comprovada através do trabalho das Associações de Desenvolvimento Local, não fará muito sentido que os restantes fundos que contribuem para o DDLBC tenham uma escala e parcerias diferenciadas e/ou sejam territórios de definição administrativa, divergentes das fronteiras LEADER, sobrepondo, de forma pouco eficaz, territórios com diferentes configurações.

Além de poder comprometer a construção de estratégias comuns para os vários fundos – só não o comprometeria se as Estratégias de Desenvolvimento Local para cada território fossem tão vagas e generalistas que não serviriam para nada – poderia perder-se a dimensão de proximidade que é fundamental para o desenvolvimento local.

Estes são apenas alguns elementos de um conjunto de condições bastante abrangentes (e exigentes) que serão determinante para o futuro que vamos construir. Uma vez mais as ADL estão disponíveis para melhorar o seu trabalho e dar o seu contributo para ajudar a trilhar esse caminho. Haja acolhimento para essa disponibilidade e o caminho poderá ser menos difícil. Escutamos em diversos fóruns que “não é preciso estar sempre a inventar a roda”.



Regina Lopes
Diretora

PESSOAS E LUGARES

N.º 11 . maio 2013 . III série . Bimestral

Propriedade

MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
Rua Bartolomeu Dias, 172 D, 1.º Esq.
1400-031 Lisboa
T. +351 217 819 230
F. +351 217 819 232
E. minhatterra@minhaterra.pt
http://www.minhaterra.pt

Diretora

Regina Lopes

Editor

Luís Chaves

Conselho Editorial

Federação MINHA TERRA (Regina Lopes, Luís Chaves, Paula Matos dos Santos), PRODER (Ana Paula Carvalho), RRN (Ana Pires da Silva), PRORURAL (Maria José Aranda e Silva), Empower (Henrique Baltazar)

Redação

Henrique Baltazar (Empower), Paula Matos dos Santos, Raquel Gorjão (Empower)

Colaboraram neste número

Pedro Brosei, Pedro Saraiva, Teresa Pinto Correia

Fotografias

ADAE, ADD, ADRITEM, ADRIL, Anna Cristina, Casa do Largo, DESTEQUE, DUECEIRA, ENRD Contact Point, IN LOCO, Linda Cronin, Luís Faustino, Luís Pedroso/MINHA TERRA, MONTE, Neil Palmer (CIAT), Pastelinhos de Safara, Rui Ornelas, TERRAS DENTRO
Rota: ATA – Associação de Turismo de Aldeia

Desenho gráfico e paginação

Álvaro Góis (Empower)

Impressão

Europress

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

331087/11

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.

Alguns URL foram reduzidos com o goo.gl, da Google, para facilitar a leitura.


minha terra
por um novo mundo rural

www.minhaterra.pt

Bolsa de Terras entra em vigor

A Portaria que regulamenta a gestão da Bolsa de Terras, estabelecendo os procedimentos relativos à gestão e ao funcionamento da bolsa nacional de terras para utilização agrícola, florestal e silvopastoril, foi publicada a 28 de maio, concretizando as condições legais para que a Bolsa de Terras avance.

A Bolsa de Terras constava no Programa do Governo como forma de facilitar o acesso à terra, em particular pelos mais jovens, com respeito pelo direito de propriedade privada, de modo a aumentar o volume e o valor da produção agroalimentar, florestal e silvopastoril nacional, e contribuir para a diminuição das importações e o aumento das exportações.

Através deste mecanismo serão oferecidas para arrendamento, venda ou para outros tipos de cedência as terras do Estado, das autarquias locais e de quaisquer outras entidades públicas, assim como as pertencentes a entidades privadas e os baldios. Estas terras estarão disponíveis para quem as queira explorar, o que poderá ser particularmente importante para o início de atividade de novos agricultores, nomeadamente dos mais jovens, o que poderá concorrer para o rejuvenescimento do tecido produtivo. No início estarão disponíveis as terras pertencentes a entidades privadas prevendo-se para breve a disponibilização das terras do Estado.



Considerando que a bolsa de terras constitui uma oportunidade para potenciar o aproveitamento e utilização do território rural português, o Governo criou incentivos para a disponibilização de terras pelos respetivos proprietários, quer seja através da isenção do pagamento da taxa por custos de gestão pelo período de dois anos, que varia entre os 0,2 por cento no caso da venda dos terrenos e os dois por cento quando estas sejam arrendadas quer seja pelo facto de poderem usufruir dos incentivos previstos na Lei n.º 63/2012.

A entidade gestora da bolsa de terras é o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, que executará essa respon-

sabilidade através da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR). Outras entidades consideradas idóneas, nomeadamente associações de agricultores ou de produtores florestais, cooperativas agrícolas e outras entidades que administrem recursos naturais essenciais para a produção agrícola, florestal ou silvopastoril, tendo por finalidade o desenvolvimento sustentado em áreas territorialmente delimitadas, poderão também ser autorizadas a praticar atos de gestão operacional das Bolsas de Terras, tornando-se, na prática, nas entidades gestoras do Banco de Terras na sua região.

<http://www.bolsanacionaldeterras.pt>



Foto: Neil Palmer (CIAT)

Comissão Europeia aprova nova “Lei das Sementes”

A proposta para a nova “Lei das Sementes” foi aprovada a 6 de maio pela Comissão Europeia, prevendo-se a sua entrada em vigor em 2016. O Parlamento Europeu deverá agora ser chamado a pronunciar-se sobre esta lei que impõe o registo de todas as sementes. A sua eventual aplicação tornará ilegal a utilização de sementes não registadas.

A atual legislação da União Europeia (UE) para a disponibilização no mercado de materiais reprodutivos de plantas é baseada em dois pilares principais, o registo de variedades e de materiais, e a certificação de materiais reprodutivos de espécies de plantas identificadas nas diretivas.

Tendo em conta que a presente proposta prevê a privatização das sementes agrícolas, todos os agricultores ficarão dependentes das sementes disponibilizadas e legalizadas, processo que poderá tornar inviável a muitos agricultores em todo o mundo, em especial aos que se dedicam à agricultura de subsistência, a entrada neste esquema de certificação. E, por consequência, pôr em causa a riqueza gerada pela biodiversidade agrícola deste tipo de

agricultura bem como a sua vocação de pilar da segurança alimentar.

Ocorreram já várias manifestações públicas e comunicados de contestação à atual proposta, um dos quais uma carta aberta por parte de 28 organizações ambientalistas e agrícolas portuguesas, classificando a nova lei como um ataque à agrobiodiversidade e à segurança alimentar local.

A contestação evidencia, de forma muito crítica, a excessiva hegemonia associada à comercialização de sementes agrícolas pelas multinacionais do setor agroalimentar – que controlam cerca de 67 por cento do mercado –, que as fabricam, manipulam geneticamente e cobram, ainda, direitos de reprodução. Alertam para o poder imenso sobre a quantidade e qualidade da alimentação mundial que está a ser entregue com esta medida. Se a “Lei das Sementes” for efetivamente aprovada, os agricultores arriscam-se a apenas poderem cultivar as sementes comercializadas por essas multinacionais, com um dano irreversível na biodiversidade agrícola, por via da perda de uma enorme variedade de sementes tradicionais.

Inovar em meio rural

A Quinta do Marquês, em Oeiras, acolheu a 23 de maio o *workshop* internacional Rur@l Inov, subordinado ao tema “Padrões e Dinâmicas da Inovação. Sua (in)visibilidade e (des)valorização nas áreas rurais portuguesas”. Este 2.º *workshop* do projeto foi promovido pela DGADR e UTAD, no âmbito do Programa para a Rede Rural Nacional.

A iniciativa teve como objetivo apresentar e discutir os resultados do inquérito realizado às organizações inovadoras em áreas rurais, alargar o quadro de referência utilizado para a promoção da inovação, sobretudo os modelos de produção e transferência de conhecimento e as redes de cooperação para a inovação, bem como discutir os desafios das políticas de desenvolvimento rural numa agenda para a inovação nas áreas rurais.

O projecto Rur@L INOV visa compreender como se desencadeiam e desenvolvem os processos de inovação nas organizações em áreas rurais portuguesas. Os resultados do estudo mobilizaram os participantes numa discussão acesa sobre como a inovação contribui para ultrapassar as dificuldades dos territórios rurais e como as políticas públicas devem canalizar os apoios à inovação e reduzir os custos de contexto, identificados como os maiores obstáculos pelos inovadores, segundo o estudo.



ADRITEM entrega contratos LEADER e lança novo concurso

A cerimónia de entrega de contratos de financiamento a 20 beneficiários com projetos aprovados no âmbito do terceiro concurso LEADER realizou-se em Milheirós de Poiares, concelho de Santa Maria da Feira, a 6 de abril.

Neste concurso, a Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria aprovou pedidos de apoio de cerca de 6,2 milhões de euros de investimento total, 3,6 milhões de apoio LEADER, que preveem a criação de mais 44 postos de trabalho.

Na ocasião, anunciando a abertura de um quarto concurso – a decorrer até 28 de junho – o presidente da associação, Emídio Sousa, desafiou os potenciais empreendedores a lançarem-se em novos projetos, usufruindo das ajudas públicas destinadas a impulsionar as zonas rurais. O montante de apoio LEADER disponível nesta nova fase para apresentação de candidaturas junto da ADRITEM ronda os 440 mil euros.



ADD entrega novos contratos LEADER

A 21 de maio a ADD – Associação de Desenvolvimento do Dão realizou, no Salão Nobre do Município de Mangualde, a cerimónia de entrega de contratos aos promotores com projetos aprovados no concurso de 2012.

Estes 28 novos projetos representarão um investimento total de 3,2 milhões de euros, gerando 50 postos de trabalho nos concelhos de Mangualde, Sátão, Penalva do Castelo, Aguiar da Beira e Nelas.

Em termos globais, a ADD já aprovou, no âmbito da Abordagem LEADER/SP3 do PRODER, 100 pedidos de

apoio, num montante total de investimento superior a 11 milhões de euros, dos quais sete milhões respeitam a apoio público, devendo ser criados, com este investimento, 203 postos de trabalho no território.

No balanço realizado na cerimónia conclui-se que o LEADER, através da ADD, está a ter um contributo muito importante na dinamização da atividade económica, o que tem particular importância nestes tempos de crise económica em que o desemprego ameaça a coesão social.

ADICES: 72 projetos LEADER, 176 novos postos de trabalho

Até março de 2013, a associação aprovou no âmbito da Abordagem LEADER 72 projetos, que representam 9,2 milhões de euros de investimento e 176 novos postos de trabalho nos concelhos de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela.

Mais de metade dos projetos enquadra-se na medida de apoio à Diversificação da economia e criação de emprego, num montante total de cerca de 5 milhões de euros.

O novo período para apresentação de candidaturas ao LEADER junto da ADICES decorre até 28 de junho.

Concurso “Blogue por um Desenvolvimento Sustentável”

A iniciativa é da Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) e visa informar e formar os jovens sobre questões relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Cada blogue, criado de raiz, terá de apresentar cinco *posts* sobre a temática.

Para além do *design* e do grafismo, serão valorizados a abordagem e os conhecimentos sobre as várias dimensões do desenvolvimento sustentável, social, económico, cultural e ambiental.

ADIBER aprova 1,6 milhões de euros de apoio LEADER na Beira Serra

A este montante de ajuda pública, aprovado pela ADIBER, está associado um investimento total de 2,8 milhões de euros e a criação de mais de 50 novos postos de trabalho. Com esta decisão, que decorre dos pareceres favoráveis a 37 novos pedidos de apoio apresentados em 2012, os objetivos definidos na Estratégia Local de Desenvolvimento ficam mais próximos de ser atingidos, com o comprometimento de cerca de 90 por cento da sua programação financeira global que ascende a mais de 6,2 milhões de euros.

ADRAT promove integração pelo desporto

As “Conversas sobre Integração pelo Desporto” promovidas pela associação tiveram lugar na Escola Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, em Chaves, dia 9 de abril. Sensibilizar a população sobre o desporto como instrumento de integração foi o objetivo da iniciativa, no âmbito da equipa de corfebol criada pelo CLAII de Chaves – uma parceria entre a ADRAT e o ACIDI – que participou no Torneio Intercultural “Corfebol Sem fronteiras”, organizado em Lisboa, dias 18 e 19 de maio.



DUECEIRA leva teatro às escolas

“Gertrudes, rapariga obcecada por estar sempre em forma (geométrica, claro!), está com o seu fato de ginástica, dando pequenas corridas como quem aquece, à espera do Cálculo Mental, seu amigo de longa data. O Cálculo Mental chega todo apressado, debitando cálculos sem fim, enquanto agita os seus símbolos matemáticos...”.

Começa assim a peça de teatro “Falha de Cálculo”, pensada pela associação DUECEIRA, que tem como tema central o ensino da matemática, de uma forma apelativa e muito divertida.

O espetáculo está a ser levado à cena pelo teatro NAPALM em 31 centros educativos e escolas básicas do primeiro ciclo do território de intervenção da associação, entre 29 de abril e 31 de maio, envolvendo 1886 alunos.

Abordando as temáticas da sala de aula de “uma forma absolutamente teatral e sempre, sempre muito divertida”, o espetáculo pretendeu reforçar a consciência para a matemática, para que se deixe de ver esta disciplina como um bicho-de-sete-cabeças.

O texto “Falha de Cálculo”, da autoria da escritora Margarida Fonseca Santos, é a primeira parte de uma trilogia dedicada à matemática, designada Ciclo da Matemática.

A ação dá sequência à segunda fase do projeto da DUECEIRA – Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça “A Hora da Controvérsia”, desenvolvido nos últimos anos junto da comunidade escolar que integra o território ELOZ. Entre serra da LOusã e Zêzere.



Associação TERRAS DENTRO celebra 22.º aniversário

Para assinalar a data, a associação promoveu dia 19 de abril, em Alcáçovas, na Casa Santos Murteira, um conjunto de ações em prol do desenvolvimento do território onde intervém.

Durante a manhã realizou-se uma sessão de esclarecimento sobre o Programa Valorizar, organizada em parceria com a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e a Câmara Municipal de Viana do Alentejo.

À tarde, a Terras Dentro apresentou o balanço da execução da estratégia local de desenvolvimento do Grupo de Ação Local na implementação do Subprograma 3 do PRODER - Abordagem LEADER, e quatro projetos de cooperação transnacional:

“Nova imagem para novos agricultores” (com França); “Rotas sem Barreiras”, que junta quatro entidades, de Portugal e Espanha; “Promoção dos Produtos Locais”, em parceria com as associações do Algarve IN LOCO e Terras do Baixo Guadiana e São Tomé e Príncipe; e “Nos Terra II”, de cooperação com Cabo Verde.

O dia terminou com a apresentação do Plano para a Igualdade da Terras Dentro, num evento que a associação considerou “bastante produtivo e esclarecedor quer para potenciais investidores no território, quer para a comunidade em geral”, e que contou com mais de meia centena de participantes.

ADL apoiam presença de produtores na Alimentaria&Horexpo Lisboa 2013



Apresentar e promover os produtos dos territórios rurais foi o objetivo da participação das Associações de Desenvolvimento Local (ADL) no Salão Internacional da Alimentação, Hotelaria e Tecnologia para a Indústria Alimentar

que decorreu de 14 a 17 de abril, na FIL, em Lisboa.

A APRODER, em parceria com a Charneca Ribatejana, no âmbito do projeto de cooperação “Ribatejo – Promover para Vender”; a RAIA HISTÓRICA e a PRÓ-RAIA, numa presença conjunta através do projeto “Portugal Interior”; e a LEADERSOR apoiaram a presença de um

conjunto de empresas produtoras dos seus territórios de intervenção, proporcionando mostras e degustações de produtos selecionados de reconhecida qualidade.

Vinho, azeite, queijos, enchidos, mel, licores e compostas foram alguns dos produtos dados a conhecer nesta feira, que é a maior do sector na Península Ibérica.

A edição de 2013, sob o lema “Novos compradores, Novos mercados, Novas oportunidades”, foi inaugurada pela Ministra da Agricultura e acolheu um total de 800 empresas. Numa área de 35 mil m², atraiu mais de 1400 compradores estrangeiros, interessados em conhecer e investir nos produtos nacionais.

AD ELO integra rede de apoio ao empreendedorismo

A AD ELO participa no projeto Construir Futuros, promovido pela Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, no qual irá apoiar a criação de projetos empresariais.

A iniciativa enquadra-se na “Operação Imaterial de Promoção do Empreendedorismo – CIM-Baixo Mondego” e tem como objetivo principal reforçar o potencial empreendedor da região através de iniciativas em rede que garantam os necessários suportes à dinamização e o apoio ao empreendedorismo de base local.

Projeto LEADER da ADER-SOUSA abre portas em Paredes

O Centro de Interpretação das Minas de Ouro de Castromil e Banjas (concelho de Paredes), orçado em 189 mil euros, 90 mil dos quais relativos a apoio LEADER, através da ADER-SOUSA, foi inaugurado no dia 22 de abril.

Instalado numa antiga escola primária, o novo equipamento passa a disponibilizar um serviço único na região, complementando as visitas guiadas à zona mineira com um sistema expositivo que interpreta e contextualiza as particularidades do valioso património geológico e mineiro do município.

7.º Congresso Florestal Nacional

“Florestas – Conhecimento e Inovação” é o tema do congresso que a Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais, em parceria com a Universidade de Trás-os-Montes e a Escola Superior Agrária de Bragança, irá realizar em Vila Real, a 5 e 6 de junho, e Bragança, a 7 e 8.

O congresso está estruturado em conferências plenárias, laboratórios académicos para apresentação de trabalhos académicos recentes e inovadores e mesas temáticas para abordagem técnica de problemas e preocupações atuais do sector.

<http://goo.gl/tqBwX>

Villa Sicó

O projeto de promoção turística dinamizado pela Associação Terras de Sicó, no âmbito do PROVERE, alcançou a sua fase de maior visibilidade, com a inauguração de vários espaços de visita do Eixo da Romanização (Alvaiázere, Ansião, Penela, Pombal, Condeixa-a-Nova e Soure). Em março foram inaugurados os arranjos exteriores do Complexo Monumental de Santiago da Guarda (Ansião), a sinalética e sinalização do eixo da Romanização, a [visita virtual](http://villasicovirtual.com) aos espaços da romanização e o [portal](http://www.villasico.com) Villa Sicó.

<http://villasicovirtual.com>
<http://www.villasico.com>



Vale do Lima: mais de oito milhões de euros de apoio LEADER

Na soma dos quatro concursos LEADER, a ADRIL – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima já aprovou 124 projetos que representam 15 milhões de euros de investimento global, com a comparticipação pública de 8,4 milhões de euros de apoio, e a criação de 228 postos de trabalho no Vale do Lima.

O balanço não é, no entanto, definitivo, já que a associação abriu uma nova fase de receção de candidaturas (às ações 3.1.1 e 3.1.2), a terminar a 30 de maio de 2013, num montante de financiamento

de 400 mil euros que poderá gerar um investimento acima de um milhão de euros.

A abertura do quinto concurso foi anunciada dia 3 de abril, no Palacete Villa Moraes, em Ponte de Lima, pelo presidente da ADRIL, Francisco de Calheiros, na cerimónia de entrega de contratos LEADER a 37 dos 68 promotores com projetos aprovados no âmbito do terceiro e quarto concursos, totalizando um investimento de 8,6 milhões de euros, que contou com a presença da Gestora do PRODER, Gabriela Ventura.



25 anos IN LOCO

A IN LOCO – Desenvolvimento e Cidadania fará 25 anos em agosto de 2013. Para celebrar a data, a associação organizou um programa de comemorações, que se desenrola ao longo de vários meses. Contempla um ciclo de conferências, exposições, novas iniciativas e projectos, bem como algumas publicações, num plano que está ainda em construção.

Uma exposição de escultura na sede da IN LOCO, intitulada “Caminhos de Pedra”, do escultor João Soares, foi a iniciativa que, a 8 de março, inaugurou as comemorações.

A 24 de abril, no auditório da CCDR do Algarve, realizou-se a primeira de cinco conferências, subordinada ao tema “A geografia da crise em Portugal e no Algarve”. No encontro foram analisadas as consequências que a crise está a ter no Algarve e nas restantes regiões, discutindo-se soluções possíveis para ultrapassar a crise e construir um futuro mais sustentável.

A segunda conferência sobre “Boas práticas autárquicas”, realizada a 15 de maio, contou com 70 participantes. As restantes conferências serão dedicadas a “Produtos locais:

licenciamento, diferenciação e comercialização” (5 de junho), “Circuitos curtos de produção e consumo” (26 de junho), e “Turismo de Natureza: oportunidades e desafios” (17 de julho).

Paralelamente à celebração do 25º aniversário, a IN LOCO está também a renovar a sua estratégia de comunicação institucional, com o objetivo de tornar o seu trabalho mais visível e criar uma identidade una da associação. Neste âmbito, a página de Internet da IN LOCO foi já renovada, de modo a torna-la mais atractiva, dinâmica e de fácil consulta para os utilizadores.

Congresso Nacional “O Vinho e o Mundo Rural”

Decorreu em Lisboa, na Assembleia da República, dia 22 de maio, a apresentação da Comissão de Honra do Congresso Nacional “O Vinho e o Mundo Rural”, que se realiza dia 11 de junho, no CNEMA,

em Santarém, durante a 50.ª Feira Nacional da Agricultura.

A iniciativa, da Comissão de Agricultura e Mar e da Comissão Executiva do Congresso, foi agendada precisamente um ano após a sessão pública

de apresentação do congresso, na Mata do Bussaco.

Ao longo do último ano realizaram-se 10 fóruns regionais de norte a sul do país, e ilhas, com a participação ativa de Associações de Desenvolvimento Local, onde foram debatidas as temáticas nacionais do evento e analisadas as especificidades de cada região.

Mais de 90 entidades estiveram envolvidas na organização e dinamização destes fóruns, cujas conclusões – sugerindo linhas de ação e orientações de forma a tornar o sector do vinho mais competitivo, quer no mercado europeu, quer no mercado global, e atrativo ao investimento – serão apresentadas no Congresso Nacional

“O Vinho e o Mundo Rural”, promovido pela Associação de Municípios Portugueses de Vinho.

A MINHA TERRA é uma das entidades que compõem a Comissão Executiva do Congresso, onde têm também assento a CAP, a FENADEGAS, a Fundação Mata do Bussaco, o IVV, a ANDOVI e o CNEMA.

GRATER organiza curso de vinhos

No curso “À procura de Baco”, realizado de 13 a 15 de maio, na ilha Terceira, com apoio da Medida LEADER do PRORURAL, com a participação do presidente da Associação de Escanções de Portugal, foram abordadas as técnicas de vinificação, a harmonização do vinho com a comida, o *terroir*, as regiões de viticultura portuguesa e os tipos de produção, entre outros temas. Além da formação de apreciadores e conhecedores de vinho, a iniciativa visou a valorização e a promoção do produto e das produções locais.

Seminário Internacional de Enoturismo

Organizado pela Beira Douro, Douro Histórico e Douro Superior, será realizado em Lamego, a 7 de junho. Além da apresentação e debate de estudos de caso na área do enoturismo, a iniciativa – que reunirá especialistas de Portugal, Espanha, França e EUA – dará a conhecer o novo “Guia de Enoturismo do Douro” e o “Manual de Boas Práticas de Enoturismo”, um *website* e uma aplicação eletrónica sobre o enoturismo no Douro. O programa integra ainda a inauguração do “Taste Douro”, no Museu de Lamego.

Seminário Atividade Agrícola: requisitos legais/fiscais

A ADER-SOUSA, a DOLMEN e a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, entidades responsáveis pela Fileira da Agricultura e Desenvolvimento da Agenda Regional para a Empregabilidade – Pacto Territorial para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa, organizaram um seminário, a 25 de março, sobre os requisitos legais e fiscais da atividade agrícola, em que se abordaram as “Alterações ao IVA e IRS na agricultura” e “Licenciamento da atividade de transformação e comercialização de produtos agrícolas”.

Último Concurso LEADER Alentejo XXI/GAL PRÓ-RURAL

A nova fase de receção de candidaturas aos apoios LEADER através da Alentejo XXI decorre de 20 de maio a 28 de junho.

Os avisos deste último concurso, abrangendo a totalidade das ações das Medidas LEADER de apoio à Diversificação da economia e criação de emprego e Melhoria da qualidade de vida, encontram-se disponíveis no site da associação/Grupo de Ação Local PRÓ-RURAL, responsável pela implementação do LEADER nas freguesias rurais dos concelhos de Beja, Aljustrel, Castro Verde, Mértola e Vidigueira.

Encontro Nacional de Desenvolvimento Local em Portugal

A 9 e 10 de maio, o Centro Ismaili (Fundação Aga Khan), em Lisboa, acolheu cerca de 140 participantes no Encontro Nacional de Desenvolvimento Local em Portugal, organizado pelas associações IN LOCO – Desenvolvimento e Cidadania, TERRAS DENTRO – Associação para o Desenvolvimento Integrado, ATBG – Associação Terras do Baixo Guadiana e Roçamundo – Cultura e Desenvolvimento (São Tomé), realizado no âmbito do projeto de cooperação LEADER com São Tomé e Príncipe. Com uma elevada e eclética participação, a iniciativa assumiu-se como um espaço de debate entre atores que trabalham no desenvolvimento dos seus territórios, explorando a temática "Desenvolvimento Local em Portugal – Abordagens, Atores e Resultados".

Nelson Dias, Presidente da IN LOCO, abriu a sessão, salientando a importância da iniciativa e da diversidade de abordagens nela analisada, de modo a partilhar conhecimentos e experiências úteis ao movimento do desenvolvimento local. Ainda na mesa de abertura, Gabriela Ventura, Gestora do PRODER, referiu-se à importância do LEADER e às consequências que advieram de este ter sido, no atual período de programação, integrado nos Programas de Desenvolvimento Rural.

Romper dicotomias, coordenar e integrar

A conferência de abertura foi proferida por João Ferrão, investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e ex-Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades. Na sua alocução ex-

pressou a sua opinião de que "as políticas de desenvolvimento local são as únicas que pensam o cidadão na sua globalidade", apelando a todos os que trabalham e pensam o desenvolvimento local para ultrapassarem o que os divide e juntarem-se na defesa do que os une – o desenvolvimento e bem-estar das comunidades locais como ambição coletiva.

Refletindo sobre as estratégias de desenvolvimento local/territorial em tempos de crise e transição e os modos de aumentar a sua capacidade de transformação estrutural em diferentes contextos territoriais, João Ferrão defendeu que se rompam dicotomias e se coordene e integre: o social e o económico (articulando coesão e competitividade); o urbano e o rural (adotando uma visão funcional relacional); a visão reativa e a visão proativa (desenvolvendo estratégias de dupla face); a formulação, execução e avaliação (integrando as várias fases do ciclo de políticas); a experiência e o experimentalismo (inovando a partir de competências e conhecimento acumulados).

Seguiram-se cinco painéis, quatro dos quais dedicados a diferentes modelos de desenvolvimento local: a Abordagem LEADER, a Iniciativa Comunitária EQUAL, as Redes Sociais e as abordagens emergentes, em que se analisou o trabalho desenvolvido pela Iniciativa Bairros Críticos no Vale da Amoreira, o Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano K'cidade e o Processo de Agenda 21 Local/Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Cascais.

Pese embora a diversidade que caracteriza estes processos

de intervenção comunitária, todos assentam num trabalho de proximidade física e relacional, assegurando a participação dos atores locais, a cooperação institucional e a integração das comunidades.

Perspetivas para 2014-2020

O último painel foi dedicado ao desenvolvimento local no âmbito do Quadro Estratégico Comum, que entrará em vigor a partir de 2014, no qual a Presidente do Instituto

de Gestão do Fundo Social Europeu, Rosa Maria Simões, a Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, Dina Ferreira, e o coordenador do Observatório do QREN, Paulo Areosa Feio, partilharam as suas perspetivas relativamente à forma como estará organizado o próximo quadro de fundos comunitários e quais os desafios que isso impõe.

Ao longo de dois dias, mas com particular ênfase no úl-

timo painel, os participantes no encontro partilharam as expectativas de que o próximo período de programação, nomeadamente recorrendo ao instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), valorize o trabalho de proximidade, assegure a participação dos atores locais, a cooperação institucional, a integração das comunidades e aposte em metodologias de animação territorial (essenciais para criar um ambiente favorável ao reforço da capacidade de iniciativa e de empreendedorismo). Manifestaram ainda a importância de ser valorizada a distinção territorial, tendo em conta as especificidades de cada local, defendendo que o DLBC promova estratégias de governança local, assentes em redes e parcerias para a definição de políticas de emprego, de desenvolvimento económico, de promoção da inclusão social, de participação da sociedade civil e dos agentes económicos na orientação das políticas, e estimule a abertura e articulação com outras escalas territoriais (regional, nacional e transnacional).



ADL debatem desenvolvimento local na programação 2014-2020

Representantes de 42 Associações de Desenvolvimento Local (ADL) reuniram-se na Escola Superior Agrária de Elvas, dia 11 de abril, para participar no *workshop* organizado pela Federação MINHA TERRA, com apoio do Programa para a Rede Rural Nacional (PPRN).

Realizada no âmbito dos trabalhos de preparação do próximo período de programação 2014-2020 que a MINHA TERRA tem vindo a desenvolver no último ano, a sessão teve como objetivo principal debater o futuro quadro, designadamente as propostas existentes para a implementação do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) em Portugal.

No *workshop* foi realizado o ponto de situação relativamente às negociações do Quadro Estratégico Comum (QEC) e do Acordo de Parceria (a celebrar entre os Estados-Membros e a Comissão Europeia), a que se seguiu a análise e reflexão sobre a matriz base de enquadramento da atividade das ADL no período 2014-2020.

A promoção da inovação local e de ações de qualificação escolar e profissional, a preservação, conservação e valorização dos elementos

patrimoniais locais, a consolidação do tecido associativo local, o apoio às respostas sociais de proximidade, inclusão social e luta contra a pobreza, o apoio à economia local, a criação de circuitos curtos, a promoção do empreendedorismo, a cooperação para o desenvolvimento e a inovação, o desenvolvimento de ações de animação territorial e capacitação institucional foram os aspectos mais discutidos nos grupos de trabalho em que os participantes se dividiram.

A análise crítica da matriz, ao nível dos grandes eixos de intervenção, mas também ao nível de questões concretas relacionadas com a tipologia de projetos e de investimentos, dos beneficiários, montantes e elegibilidades, pretendeu, à luz da experiência das ADL e sem comprometer a necessária flexibilidade destes instrumentos, apontar alguns caminhos.

A MINHA TERRA elaborou uma proposta em que ressalva questões críticas referentes à negociação multifundos: fronteiras e aderência ao DLBC, montantes de referência das Estratégias Desenvolvimento Local e o reforço das parcerias e das competências das equipas.



Propostas da Federação MINHA TERRA para a programação 2014-2020

A MINHA TERRA, que tem realizado uma reflexão aprofundada acerca da experiência de intervenção LEADER e de como a capitalizar no próximo período de programação, elaborou um conjunto de propostas a valorizar pelos vários responsáveis pela programação e/ou implementação do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Entre as Propostas da MINHA TERRA destacam-se:

- Os territórios LEADER – futuros territórios DLBC – deverão continuar a privilegiar as dimensões de funcionalidade e identidade territorial, mantendo a escala indicada pela Comissão Europeia (10.000 a 150.000 habitantes), não se subjugando a fronteiras administrativas.
- As parcerias locais que suportam dos Grupos de Ação Local (GAL) devem ser consolidadas e reforçadas, apostando na qualificação dos agentes locais e das equipas técnicas.
- As Estratégias de Desenvolvimento Local – Desenvolvimento Local de Base Comunitária (EDL–DLBC), obrigatoriamente apoiadas através do FEADER (Abordagem LEADER), devem também mobilizar verbas do FEDER, FSE e FEAMP.
- Garantir uma alocação financeira do FEADER superior aos cinco por cento obrigatórios e alocar entre 1,5 e dois por cento do FEDER e do FSE, assim como 10 por cento do FEAMP (pescas), às EDL–DLBC.
- Reforçar a abordagem integrada do LEADER no DLBC, garantido o apoio a projetos não diretamente ligados à atividade agrícola.
- Enquadrar o apoio a atividades agrícolas no LEADER-DLBC, através dos investimentos de pequena dimensão, reforçando para tal a dotação orçamental.
- Valorizar as dimensões de Animação e Capacitação institucional, assim como a Cooperação, fundamentais ao desenvolvimento dos territórios.
- Simplificar o processo de programação, evitando a sobreposição de camadas adicionais sucessivas na legislação e regulamentação nacional.
- Introduzir critérios de atração de novos investidores e de criação de emprego como metas estruturantes da intervenção DLBC.
- Reforçar a autonomia dos GAL para a gestão e implementação das EDL, salvaguardando a decisão local na seleção dos projetos a apoiar e potenciando as virtudes da gestão de proximidade.
- Centrar a análise dos projetos dos empreendedores locais na sua qualidade e relevância para o desenvolvimento dos territórios, em detrimento das componentes meramente administrativas, e implementar processos ainda mais simplificados para os pequenos projetos.
- Valorizar a adoção de instrumentos de engenharia financeira para facilitar a mobilização de recursos por parte dos empreendedores locais e o acesso ao crédito.



O Desenvolvimento Local de Base Comunitária 2014-2020

Num seminário em Bruxelas, no dia 6 de Fevereiro, as quatro Direções-Gerais da Comissão Europeia responsáveis pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEADER, FEDER, FSE e FEAMP) apresentaram aos Estados-Membros (EM) as suas orientações comuns sobre o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) que vai ser apoiado por estes Fundos no quadro da programação 2014-2020.

O DLBC como instrumento de desenvolvimento territorial integrado insere-se no Quadro Estratégico Comum (QEC) para o período de 2014-2020, proposto pela Comissão. Este Quadro Estratégico Comum traduz os objetivos e as metas da Estratégia 2020 em prioridades para os diferentes

Fundos Europeus, e aumenta a coordenação maximizando o impacto das intervenções da União Europeia (UE) e a sua contribuição para os objetivos europeus. As autoridades nacionais e regionais utilizarão o QEC como a base para a construção de Acordos de Parceria.

O DLBC é uma ferramenta fortemente influenciada pelos sete princípios da Abordagem LEADER, assim como pela experiência de outros programas, como o URBAN, o EQUAL e o Eixo 4 do Fundo Europeu das Pescas, visando envolver os atores locais no desenvolvimento de respostas para os desafios sociais, ambientais e económicos que enfrentamos hoje. É uma abordagem que exige tempo e esforço mas, para in-

vestimentos financeiros relativamente pequenos, pode ter um forte impacto sobre a vida das populações, gerar novas ideias e o compromisso partilhado para as colocar em prática.

Nesta perspetiva, a Comissão considera que o DLBC, implementado por múltiplos Fundos, representa um método privilegiado para atingir, a nível local, os 11 objetivos temáticos do QEC, uma vez que permite que as Comunidades Locais se apropriem dos objetivos da Estratégia 2020.

O objetivo principal destas orientações, agora apresentadas em forma de um “guia”, é criar as condições para que os EM utilizem a abordagem DLBC nos seus Acordos de Parceria e auxiliar os EM a delinearem esta abordagem

nos seus Programas de Desenvolvimento Rural.

Existem duas opções principais para a implementação da abordagem DLBC:

- O EM decide apoiar estratégias apoiadas por um só fundo;
- O EM decide aproveitar a oportunidade dada pelo DLBC e oferecer um apoio flexível que pode combinar financiamento de diversos fundos numa única estratégia de forma integrada. Esta alternativa exige estruturas de gestão coordenadas dos diferentes fundos envolvidos, com avisos e procedimentos de seleção conjuntos. Este enquadramento deverá ser apresentado no Acordo de Parceria.

Estratégias apoiadas por vários fundos permitem que estas sejam mais abrangentes, pois abarcam um maior número de assuntos e setores, podendo assim ser mais adaptáveis a características específicas do território utilizando as oportunidades oferecidas por todos os fundos envolvidos. Logicamente, será necessário envolver uma maior variedade de parceiros que em conjunto podem lidar melhor com desafios transversais. Esta escolha evita o aparecimento de estratégias sobrepostas que recebem apoio de fundos diferentes e aumenta potencialmente o orçamento total disponível para o desenvolvimento local. Obviamente, estratégias “plurifundos” não são estranhos aos EM e GAL que implementaram todas as gerações de Iniciativas Comunitárias LEADER.

Tendo em conta que o DLBC só é obrigatório para o FEADER, com um mínimo de 5% em cada programa de desenvolvimento rural, a questão é qual será a disponibilidade dos outros Fundos Europeus de investir nesta abordagem territorial. Num contexto de crise será extremamente importante acreditar na capacidade das comunidades locais de, parcialmente, decidirem sobre o seu destino. Para o mundo rural isto significa que só no caso em que os outros fundos participem ativamente no financiamento das EDL o FEADER poderá assumir um papel mais agrícola. Se esse não for o caso, o sucesso da abordagem LEADER/DLBC no meio rural está dependente do

sentido de responsabilidade das autoridades responsáveis para o desenvolvimento rural, prevenindo que os PDR consigam apoiar EDL integradas e multissetoriais que vão ao encontro das respetivas necessidades.

Nesta fase de estabelecimento dos Acordos de Parceria espera-se, assim, uma decisão clara por parte dos EM sobre a solução oferecida aos territórios rurais nesta matéria.

As orientações dadas pela Comissão Europeia oferecem, sobretudo para autoridades nacionais com menos experiência na matéria, pistas para melhor identificar EDL eficazes, parcerias fortes e áreas de intervenção coerentes. O documento também contém recomendações em relação ao desenho de procedimentos e coordenação, seguido de métodos para organizar a seleção das EDL num contexto plurifundos.

Finalmente, o documento explica quais são os elementos básicos do apoio dos fundos para o DLBC que, além do apoio à implementação das EDL, deve incluir também o apoio preparatório (até agora não existente no LEADER), apoio à cooperação, animação e custos de funcionamento dos GAL.

Uma versão atualizada deste guia será brevemente publicada, indo ao encontro das questões de clarificação colocadas pelos Estados-Membros.

<http://goo.gl/65M0t>

<http://goo.gl/wDc3C>



Pedro Brosei

Policy Officer – Coordenador Horizontal na Unidade G.1 “Consistência do desenvolvimento rural” da Direção-Geral Agricultura e Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia.



Políticas públicas para o desenvolvimento rural

A acelerada transformação dos territórios rurais a partir de meados dos anos 70, nomeadamente a nível demográfico (em 1975 apenas 27 por cento da população portuguesa residia em cidades; hoje é mais de metade), económico (a redução do peso da agricultura na economia) e do emprego (a diminuição da mão de obra agrícola), levou a que os territórios rurais passassem a desempenhar funções diferentes das que tinham anteriormente, enquanto que alguns dos seus problemas se mantinham e outros se transformavam.

De um país marcadamente rural, na sua população, economia e identidade cultural, Portugal passou a ser um país mais urbano, que se via a si próprio como moderno ou em modernização, mas que parecia querer esquecer o seu mundo rural, como se essa realidade recordasse o atraso em que o país ainda vivia.

Apoiado numa Política Agrícola Comum (PAC) que procurava conter os excedentes alimentares na então CEE, o país acentuou o abandono da

agricultura e, com ela, a sustentabilidade de muitas outras atividades económicas. Paralelamente, as cidades continuavam a exercer a sua atratividade, com empregos, escolas para os filhos, transportes e muitos outros serviços públicos que escasseavam nos territórios rurais.

Apesar de em muitos casos as zonas rurais oferecerem melhor qualidade de vida, a procura de emprego levou muitos dos habitantes (sobretudo os mais qualificados) a migrar para as cidades, agravando o ciclo de atraso no desenvolvimento.

Várias políticas públicas foram aplicadas para inverter esta situação, umas com mais sucesso do que outras. A aposta na qualificação dos recursos humanos foi certamente importante, mas insuficientemente focada nas reais necessidades das populações rurais. Os incentivos fiscais à instalação de empresas poderiam ter tido algum efeito, mas o diferencial relativamente às outras zonas do país nunca foi suficiente para compensar as desvantagens da condição rural.

O LEADER teve muito mérito, sobretudo por ter uma abordagem integrada (multissetorial) e territorializada, permitindo a sua adaptação às realidades locais. Porém, o carácter experimental (com pequenas dotações) e a progressiva regressão na flexibilidade do programa não lhe permitiu ser uma resposta suficientemente forte face às dificuldades existentes nos territórios.

Pese embora os vários insucessos, e há que relevar também os sucessos, é incontornável que as políticas públicas têm um papel determinante nos territórios rurais e podem contribuir positivamente para o seu desenvolvimento.

O facto de estes possuírem uma densidade institucional mais frágil aumenta a importância relativa das instituições públicas nesse contexto e as opções de política que estas operacionalizam têm, portanto, um maior peso e efeitos mais profundos. Se uma escola fecha, um posto da GNR encerra ou uma extensão de Centro de Saúde é desativada, isso tem um reflexo mui-

to maior na comunidade do que se tal acontecer numa cidade, mesmo que a quantidade de população afetada seja a mesma.

Do mesmo modo, as políticas positivas de apoio ao desenvolvimento têm também maiores repercussões nos territórios rurais do que nos urbanos, sobretudo se adaptadas a cada realidade específica. Os programas de incentivos ao investimento, quando dirigidos aos territórios rurais, têm potencial transformador sobre a comunidade, permitindo desenvolver nichos de oferta que se aglomeram em torno dos investimentos apoiados.

Esse potencial transformador é maximizado quando se articula, de acordo com as necessidades específicas de cada território, o apoio ao investimento com medidas de qualificação das pessoas, de capacitação institucional e de animação territorial, pois é nesta abordagem integrada que se constrói o desenvolvimento.

E se as intervenções integradas e territorializadas podem iniciar ciclos virtuosos de desenvolvimento, isso



A experiência das ADL na coordenação de intervenções locais

No período de programação de fundos comunitários que se encontra em preparação, perspectiva-se a opção de uma abordagem multifundos na concretização das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

Apesar de em grande medida se tratar de uma nova realidade, em certos casos, a intervenção das Associações de Desenvolvimento Local (ADL) tem produzido experiências relevantes nesta matéria, precursoras desta abordagem multifundos, através de uma articulação real de diferentes programas e instrumentos de financiamento para a prossecução das estratégias de desenvolvimento nos territórios onde intervêm.

Um exemplo destas experiências é a que está em curso nos territórios em que coincidiu a intervenção LEADER, através de um Grupo de Ação Local (GAL), com a intervenção do eixo 4 do PROMAR (Fundo Europeu das Pescas), dinamizada através de um Grupo de Ação Costeira (GAC). Houve casos em que estas

intervenções foram geridas por uma mesma entidade, onde para além dos ganhos pela mobilização das competências técnicas e dos parceiros locais – um território, uma estratégia de desenvolvimento, uma entidade gestora local – é possível identificar sinergias nos apoios e promoção das produções agrícolas e pesqueiras associadas à identidade do território.

Há também exemplos concretos de articulação entre as políticas de qualificação e os apoios ao investimento e à criação de emprego. Nas ADL que estiveram envolvidas simultaneamente nos CNO (Centros Novas Oportunidades) e na gestão da Abordagem LEADER no PRODER, multiplicam-se os exemplos de adultos em processos de reconhecimento e validação de competências ou formando em cursos EFA, que no final apresentaram projeto de investimento à ação que apoia a criação e desenvolvimento de microempresas.

Mesmo em políticas que à partida têm um âmbito mais setorial, como os Contratos Locais de

Desenvolvimento Social, verifica-se uma articulação com as intervenções nos domínios da formação e de estímulo ao empreendedorismo, assim como com o apoio a iniciativas empresariais, conjugando apoios públicos, aconselhamento e facilitação do acesso a financiamentos alternativos, como o microcrédito.

Com uma abordagem bastante diferente, as Agendas Locais XXI, em que algumas ADL também se encontram envolvidas, são igualmente casos interessantes sobre os quais é útil refletir. Trata-se de processos nos quais as autoridades trabalham com a restante comunidade na elaboração de uma estratégia conjunta para determinado território e na aplicação de projetos com vista à melhoria da qualidade de vida ao nível local. Pese embora a sua escala micro (concelhos, freguesias ou bairros), constituem bons exemplos de envolvimento de entidades muito diferenciadas para a realização de iniciativas concretas de resposta às necessidades do desenvolvimento local.

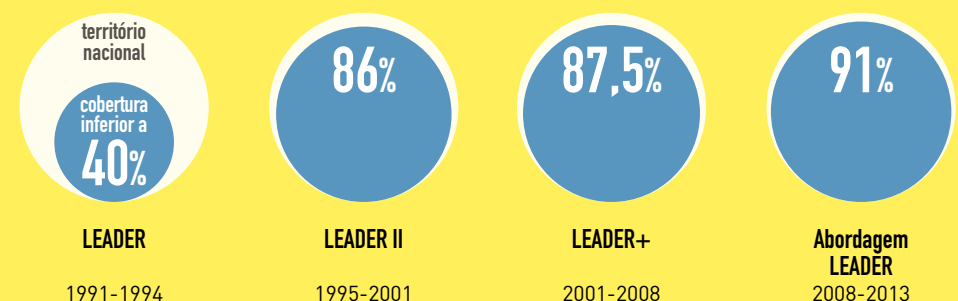
será tanto mais viável quanto as políticas públicas de âmbito nacional forem também orientadas para favorecer o desenvolvimento rural, do ambiente à economia, passando pela educação ou pela justiça.

Sabia que... em 20 anos, a iniciativa LEADER envolveu mais de 50 Grupos de Ação Local, cobrindo mais de 90% do território nacional?

Evolução do número de Grupos de Ação Local em Portugal



Evolução da percentagem de território nacional coberto ao longo dos vários programas LEADER



Fontes: Comissão Europeia

A territoriali públicas e o período de p

Em todos os momentos da história da nossa democracia, o poder político tem sempre tentado aproximar as políticas dos cidadãos. Se por um lado isso é feito através do poder local – municípios e freguesias –, por outro, a maior parte das políticas com impacto para os cidadãos não cabem nas competências das autarquias, sendo administradas pelo Estado central.

Isto leva a que, ao nível da administração central, sejam criados níveis intermédios de administração, que procuram gerir os recursos mais de acordo com as necessidades locais ou regionais. Mantém, porém, na maior parte dos casos, uma escala territorial que não privilegia uma proximidade física e relacional com a populações e a adaptação às realidades locais.

A intervenção da PAC na renovação de aldeias em Portugal

A primeira iniciativa em Portugal de intervenção das políticas comunitárias e nacionais a nível das aldeias surgiu no QCA II (1994-1999) com o Programa do Potencial de Desenvolvimento Regional – Subprograma Iniciativas de Desenvolvimento Local, que criou uma medida designada por “Apoio ao Desenvolvimento Económico de Centros Rurais”. Tratou-se de uma experiência-piloto que selecionou vinte *aldeias* com 1000 a 3000 habitantes, numa primeira fase, e outras vinte numa segunda fase, para serem alvo de um Plano Global de Intervenção, elaborado por uma Associação de Desenvolvimento Local, credenciada para o efeito pelo Estado.

Os planos de intervenção identificaram os projetos de investimento a realizar a nível das infraestruturas públicas, recuperação de património edificado, dinamização socioeconómica e promoção, e incluíram um regime de incentivos a pequenos investimentos agrícolas. Com financiamento do FEDER e do FEOGA, os beneficiários eram autarquias locais e outros organismos públicos, pessoas singulares e coletivas de direito privado.

Esta experiência, considerada pelos intervenientes como muito interessante, não teve no entanto continuidade no período de programação seguinte. Para esse novo período de programação (2000-2006) a PAC erigiu o desenvolvimento rural como o seu segundo pilar e elencou uma medida de renovação e desenvolvimento de aldeias no leque das medidas possíveis de adotar pelos Estados-Membros. Esta medida ficou então integrada nos Programas Operacionais regionais, na medida AGRIS, Sub-ação “Recuperação e valorização do património natural, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural”.

A conceção de *aldeia* mudou para lugares com 2000 habitantes ou menos, os planos passaram a chamar-se Planos de Intervenção, apoiando investimentos muito semelhantes, mais abrangentes na valorização do património natural e da paisagem, e mantiveram-se os beneficiários. Não foi incluído o regime de incentivos à agricultura e o financiamento dos planos foi assegurado apenas pelo FEOGA.

Os resultados da medida AGRIS não foram considerados tão interessantes, por se

ter perdido uma visão mais integrada de dinamização socioeconómica das *aldeias*.

No atual período de programação (2007-2013), a Comissão Europeia deu continuidade ao processo de reorganização e simplificação iniciado no período anterior e criou o FEADER como um fundo único para o desenvolvimento rural. Em Portugal, o PRODER ignorou a medida de renovação e desenvolvimento de aldeias, mas considerou os serviços básicos para a economia e populações rurais e a conservação e valorização do património rural, na Medida “Melhoria da Qualidade de Vida”.

Desapareceu o nível e escala de *aldeia*, os planos de intervenção tornaram-se desnecessários, sendo substituídos pelas Estratégias de Desenvolvimento Local, dos Grupos de Ação Local (GAL) da Abordagem LEADER. Mantiveram-se o mesmo tipo de investimentos elegíveis e os mesmos beneficiários. Estando a execução ainda em curso, a avaliação desta nova opção está ainda por fazer.

Em conclusão, depois de uma primeira experiência prometedora, parece ter-se

abandonado progressivamente a intervenção integrada a nível e escala da *aldeia*.

Para o próximo período de programação (2013-2020), o quadro comunitário mantém a medida de renovação das aldeias, a concretizar através de planos de desenvolvimento dos municípios em zonas rurais. Está em debate a forma como este tema vai ser tratado na programação nacional. A medida pode ter uma execução autónoma no futuro Programa de Desenvolvimento Rural ou estar integrada no agora designado Desenvolvimento Local de Base Comunitária. Em todo o caso, importa chegar a um consenso quanto a conceitos, escalas e níveis, dando corpo aos designados planos de desenvolvimento dos municípios em zonas rurais, que tomem as aldeias como base da programação participada, agora com a possibilidade de um novo financiamento plurifundos, que poderá também potenciar as intervenções e o seu impacto.

Adaptado a partir da intervenção de José Ferragolo da Veiga no Encontro Nacional Aldeias Sustentáveis e Activas, 31 de maio de 2012, em Santarém.



zação das políticas próximo rogramação

Paralelamente, a coordenação entre as políticas é escassa, causando dificuldades na sua aplicação à escala local. Na maior parte dos casos, a coordenação das políticas é apenas feita ao nível do Governo, não existindo depois articulação entre os organismos da administração pública a que cabe a sua implementação.

Compreendendo este problema, comum a quase toda a Europa, e as necessidades específicas de cada território, a Comissão Europeia, na sua proposta de regulamentos para os fundos comunitários do próximo período de programação 2014-2020, propôs que os Estados-Membros passem a coordenar a aplicação dos fundos através da criação de estratégias de desenvolvimento mobilizando recursos dos vários fundos. O Desen-

volvimento Local de Base Comunitária (DLBC) é um dos instrumentos propostos.

No DLBC trata-se, afinal, de aplicar ao conjunto de fundos comunitários destinados ao desenvolvimento (FEADER, FEDER, Fundo de Coesão, FSE e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca) a metodologia já aplicada com sucesso pelo LEADER e pelo Fundo Europeu das Pescas: conceber estratégias de desenvolvimento de âmbito local que orientem a aplicação dos fundos em cada território, procurando responder aos desafios específicos de cada um.

Tal como sucedeu com tantas outras áreas (o ambiente, o ordenamento do território, a segurança alimentar, etc.), é uma vez mais a União Europeia a indicar o caminho

para o desenvolvimento de políticas nos Estados-Membros. Mas esta realidade representa uma oportunidade que é fundamental aproveitar. Uma oportunidade não só para os territórios rurais mas para a melhoria na coordenação das políticas públicas em geral, assim sabemos aprender com a experiência e alargar o seu âmbito dos fundos comunitários às políticas públicas em geral.

Entretanto, em Portugal discute-se uma reforma administrativa que se cruza com esta realidade.

A proposta de reorganização administrativa, chumbada pelo tribunal constitucional no final de maio, traduzia uma clara intenção de reforço das competências das Comunidades Intermunicipais (CIM).

Esta opção, que pode parecer descentralizadora, mantém porém a concentração das decisões nas estruturas administrativas do Estado, ao arripio da tendência europeia de fazer com que cada vez mais as organizações da sociedade civil, as comunidades e as pessoas participem nas decisões estratégicas para o desenvolvimento dos seus territórios.

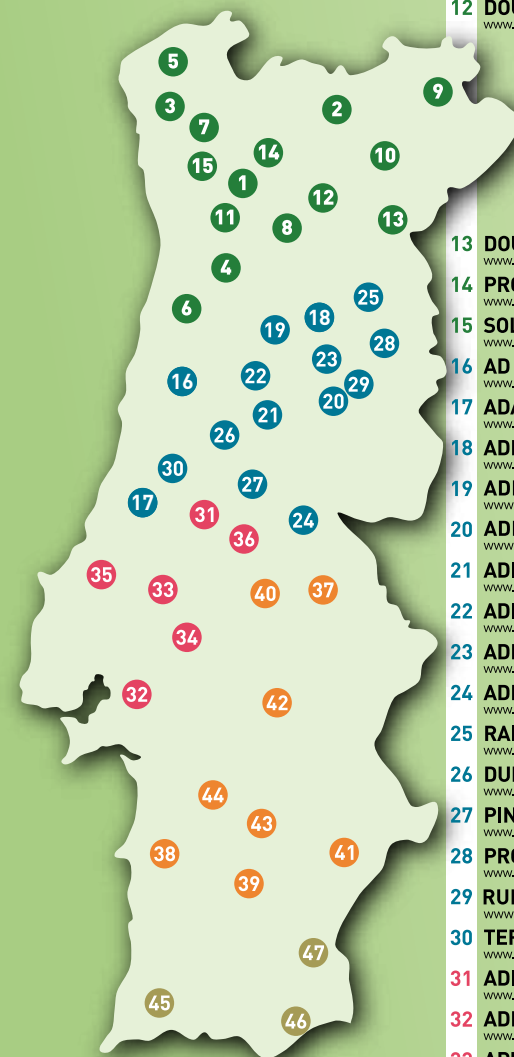


ONDE ESTAMOS



As 53 ADL que constituem a Federação MINHA TERRA encontram-se distribuídas por todo o território nacional.

Portugal Continental



Região Autónoma dos Açores



Região Autónoma da Madeira



- 01 ADER-SOUSA
www.adersousa.pt
- 02 AD RAT
www.adrat.pt
- 03 AD RIL
www.adril.pt
- 04 AD RIMAG
www.adrimag.com.pt
- 05 AD RIMINHO
www.adriminho.pt
- 06 AD RITEM
www.adritem.pt
- 07 ATA HCA
www.atahca.pt
- 08 BEIRA DOURO
www.beiradouro.pt
- 09 CORANE
www.corane.pt
- 10 DESTIQUE
www.destique.com
- 11 DOLMEN
www.dolmen.co.pt
- 12 DOURO HISTÓRICO
www.dourohistorico.pt

- 13 DOURO SUPERIOR
www.dourosuperior.pt
- 14 PROBASTO
www.probasto.pt
- 15 SOL DO AVE
www.soldoave.pt
- 16 AD ELO
www.adeo.pt
- 17 ADAE
www.adae.pt
- 18 ADD
www.add.pt
- 19 ADDLAP
www.addlap.pt
- 20 ADERES
www.aderes.com.pt
- 21 ADIBER
www.adiber.pt
- 22 ADICES
www.adices.pt
- 23 AD RUSE
www.adruse.pt
- 24 AD RACES
www.adraces.pt
- 25 RAIA HISTÓRICA
www.raiahistorica.org
- 26 DUECEIRA
www.dueceira.pt
- 27 PINHAL MAIOR
www.pinhalmajor.pt
- 28 PRÓ-RAIA
www.pro-raia.pt
- 29 RUDE
www.rude-adr.pt
- 30 TERRAS DE SICÓ
www.terrasdesico.pt
- 31 ADIRN
www.adirn.pt
- 32 ADREPES
www.adrepes.pt
- 33 APRODER
www.aproder.pt
- 34 CHARNECA
www.charnecaribatejana.pt
- 35 LEADER OESTE
www.leaderoeste.pt
- 36 TAGUS
www.tagus-ri.pt
- 37 ADER-AL
www.ader-al.pt
- 38 ADL
www.adl.litoralalentejano.pt
- 39 ESDIME
www.esdime.pt
- 40 LEADERSOR
www.leadorsor.pt
- 41 ROTA DO GUADIANA
www.rotaguadiana.org
- 42 MONTE-ACE
www.monte-ace.pt
- 43 ALENTEJO XXI
www.alentejoxxi.pt
- 44 TERRAS DENTRO
www.terrasdentro.pt
- 45 VICENTINA
www.vicentina.org
- 46 IN-LOCO
www.in-loco.pt
- 47 TERRAS DO BAIXO GUADIANA
www.atbaixoguadiana.pt
- 48 ADELIÇOR
www.adeliacor.org
- 49 ARDE
www.arde.pt
- 50 ASDEPR
www.asdepr.com.pt
- 51 GRATER
www.grater.pt
- 52 ACAPORAMA
www.acaporama.org
- 53 AD RAMA
www.adrama.pt



A saúde dos territórios rurais contagia o país

Como descreve a situação atual dos territórios rurais em Portugal?

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade de conceder a entrevista, em particular por tratar exatamente questões que, ao abordarem os territórios rurais, permitem olhar para esses territórios, não numa ótica muito estreita da atividade económica em concreto, mas do ponto de vista do território e das populações.

A pergunta está muito bem formulada, na particularidade de se referir aos territórios rurais no plural, porque nós, em Portugal, temos uma diversidade muito grande ao nível daquilo que designamos por territórios rurais.

Quando me pergunta como descrevo a atual situação, o que eu gostaria de dizer sobre os territórios rurais em Portugal é que vão às mil maravilhas, sem problemas e num próspero desenvolvimento. Infelizmente não é uma resposta possível de dar, mas é uma resposta que tem várias respostas. Ou seja, temos territórios rurais que hoje em dia estão melhor do que estavam há uns anos, que fizeram um claro progresso em termos do seu desenvolvimento harmonioso. Temos outros que não melhoraram nem pioraram e temos ainda outros que, do ponto de vista de alguns indicadores, de facto não tiveram a melhoria de que todos gostaríamos.

Quando falamos em territórios rurais em Portugal estamos essencialmente a falar de uma ocupação do território pela agricultura e pela floresta. Ou seja, não sendo as únicas atividades em espaço rural, são aquelas que formam a malha de sustentação de todos os territórios rurais. Estamos a falar de uma área de praticamente 80 por cento do território nacional, que constitui território rural de acordo com os indicadores que se utilizam para distinguir aquilo que é uma freguesia ou um concelho urbano ou rural. Desses 80 por cento quase tudo, 70 por cento do total do território nacional, é floresta e agricultura. Portanto, são de facto as atividades muito determinantes.

Há situações que evoluíram muito favoravelmente, ao nível da diversificação de atividades nesses espaços, de se conseguir estancar alguma perda de população, de algum rejuvenescimento ou não envelhecimento da população. Há algumas situações de sucesso. Outras infelizmente não tanto, o que significa que temos de continuar a trabalhar muito arduamente na procura da saúde dos territórios rurais, porque isso corresponde à saúde do país em termos de desenvolvimento.

Quais as prioridades do Governo na área do desenvolvimento rural?

Se me perguntar em termos objetivos, eu diria que claramente gostaríamos de

fomentar uma capacidade de fixação de população acrescida face àquilo que tem acontecido, uma maior diversidade de atividades económicas radicadas localmente, por exemplo ao nível daquilo que são as atividades económicas mais ligadas à agricultura, conseguir que em cada território se estabelecessem circuitos comerciais curtos, isto é, produzir local e consumir local, uma máxima que se vai apregoando e que é importante cada vez mais levar à prática.

Ou seja, aquilo que gostaríamos como objetivo a ser alcançado seria, do ponto de vista social, mais população e mais jovem, do ponto de vista da atividade económica, uma maior diversidade; e com isto certamente teríamos um território mais equilibrado.

Mas a agricultura será suficiente para que os territórios rurais se tornem dinâmicos e competitivos? Falou de agricultura e outras atividades. Como é que se conjuga o papel da agricultura com o das outras atividades?

Não acho de todo que a agricultura seja suficiente para a dinamização e para o desenvolvimento harmonioso dos territórios. Em todo o caso, quando falo da agricultura falo no sentido lato, floresta, pecuária, etc. Não sendo suficiente, é a malha base dos territórios. E portanto não acredito na possibilidade de desenvolvimento dos territórios rurais sem agricultura. Não sendo uma peça suficiente para esse desenvolvimento, é indiscutivelmente uma peça necessária.

Acrescem outras atividades, que ao longo dos anos têm sido objeto de preocupação dos projetos que vão sendo financiados ao nível da iniciativa LEADER, que não têm estado, felizmente, centrados e concentrados na atividade agrícola *tout court*. A dinamização de um conjunto de outras atividades, algumas com relação com a agricultura e a floresta, outras não, mas que se torna possível desenvolver pelo facto de a agricultura e as florestas naquela região permanecerem dinâmicas, e por essa via fixarem populações. Populações essas que têm necessidades, necessidades essas que exigem uma resposta do ponto de vista das outras atividades que têm de existir para que as pessoas possam viver com maior qualidade.

Referindo aquelas que são mais importantes, todas as questões ligadas ao artesanato, à transformação de produtos para a alimentação, com características muito regionais em que o nosso país é pródigo, com uma grande diversidade e muito reconhecido do ponto de vista da sua qualidade. Estas são daquelas que resultam óbvias, como outras atividades que deverão ser tidas em conta para que, de facto, o desenvolvimento dos territórios rurais possa ocorrer. Portanto, não é só a agricultura, mas dificilmente sem a agricultura conseguiremos o desenvolvimento dos territórios.



Francisco Gomes da Silva, Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, doutorou-se em Agronomia em 1998, no Instituto Superior de Agronomia (ISA), depois de ter feito a componente letiva do curso de mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento Empresarial, em 1990, no ISCTE, e de se ter licenciado em Engenharia Agronómica, em 1987, também no ISA.

Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia, tem lecionado e efetuado investigação nas áreas de Economia Agrária, Análise de Projetos, Políticas Agrícolas e de Desenvolvimento Rural.

Foi assessor do Gabinete da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (2011/2012), coordenador de projetos da Agrogos, Sociedade de Estudos e Projectos e administrador de empresas ligadas à agricultura e agroindústria.

“Temos territórios rurais que hoje em dia estão melhor do que estavam há uns anos, que fizeram um claro progresso em termos do seu desenvolvimento harmonioso. Temos outros que não melhoraram nem pioraram e temos ainda outros que [...] não tiveram a melhoria de que todos gostaríamos.”

E como dinamizar essas outras atividades? É importante que existam apoios públicos para o fazer?

É evidente que não é o momento mais fácil ou mais simples para se promover o desenvolvimento. Em todo o caso, nestes momentos de grande dificuldade torna-se muito evidente o bom que seria nós em Portugal termos territórios rurais mais desenvolvidos e com mais população e, portanto, menos concentração ao nível das grandes cidades, onde todas estas situações de crise se vivem de uma forma particularmente aguda. Esta circunstância atual permite-nos ver a virtude que seria conseguirmos ter territórios rurais mais desenvolvidos. Mas, inevitavelmente, alerta-nos também para a necessidade de, na medida do possível, o Estado estimular, fomentar e apoiar iniciativas que possam promover esse mesmo desenvolvimento.

Não acho que estas iniciativas que promovem o desenvolvimento local apenas possam ser desenvolvidas com apoios públicos. Felizmente não é

verdade. Conhecemos muitas iniciativas por este país que avançam nos territórios sem terem uma intervenção direta do Estado, através do financiamento, de apoios, etc.

Não acho que só aquilo que o Estado apoia é que se vai desenvolver. Agora, havendo fundos a disponibilizar para esse fim, é inquestionável que eles vão certamente ser importantes, como têm sido até agora, no estímulo desse desenvolvimento. Tanto mais nesta fase de programação do próximo quadro, em que, como todos sabemos, temos a União Europeia que põe um foco muito especial na questão dos territórios, quer a nível agrícola quer dos outros fundos disponíveis. Alerta ou dá ênfase à necessidade de articular num território as diversas iniciativas e apoios exatamente para que, em conjunto, possam promover o desenvolvimento desse território, e não estejamos com iniciativas que às vezes se anulam umas às outras. É evidente que os apoios são importantes.

Como avalia a possibilidade de passar a haver uma gestão multifundos nos territórios rurais, essa articulação que se prevê para o próximo quadro de apoio, do FEADER com outros fundos, para realizar o que tem sido chamado como Desenvolvimento Local de Base Comunitária?

Logo à partida é quase uma exigência que é colocada a todos os países da Europa para a utilização dos fundos do próximo quadro. Ou seja, a Comissão deu sempre, desde que saíram as primeiras propostas, uma ênfase muito grande à necessidade de articulação no uso dos diversos fundos que estão disponíveis. Do ponto de vista conceptual, isso é algo que está presente desde o início. Temos vindo a trabalhar ao nível do Governo, nesta fase de programação em que já estamos, mesmo que em termos comunitários nem tudo esteja fechado. Há uma série de questões por decidir neste novo modelo de decisão tripartida em termos europeus, mas aqui em Portugal temos avançado bastante bem na programação e nos trabalhos necessários à programação e, portanto, existe um trabalho transversal a todo o Governo no que diz respeito a encontramos, naquilo que se designa por acordo de parceria, um conjunto de princípios que irão guiar a articulação desses fundos estruturais.

Por outro lado, tem sido assim no passado e continuará a ser no

“Há uma série de questões por decidir neste novo modelo de decisão tripartida em termos europeus, mas aqui em Portugal temos avançado bastante bem.”

próximo quadro, o fundo agrícola, o FEADER, continua a ter claramente inserido no regulamento um eixo obrigatório de iniciativa LEADER, claramente com a recomendação de que as verbas LEADER que venham a estar inscritas no FEADER, ou no Programa de Desenvolvimento Rural, deverão na sua aplicação territorial ser

relacionadas e pensadas em articulação com os restantes fundos. Portanto, estamos a trabalhar em conjunto nesse aspeto.

Aqui ao nível do ministério, o Gabinete de Planeamento, que é a entidade que tem a programação a seu cargo, tem desenvolvido contactos diversos com os parceiros na sociedade civil. Há cerca de um mês, houve uma reunião em que era exatamente a iniciativa LEADER que estava em discussão, onde estavam os diversos parceiros, representantes das ADL, para ouvir as linhas que estavam a ser trabalhadas. Vai ser exigente, porque temos de ter a inteligência de conseguir articulá-los sem criar complexidade e burocracias acrescidas.

Mas há uma preocupação muito grande para que dentro da iniciativa LEADER haja uma aposta clara: porque se trata de um fundo agrícola, que esses montantes sejam canalizados para as atividades de base agrícola, e que dos outros fundos venham disponibilidades na programação, para serem utilizados nesses territórios para um conjunto de outras atividades que têm de ser articuladas com essas atividades agrícolas.

Eu diria que, com esta articulação multifundos, as estratégias de desenvolvimento local sairão ganhadoras na sua consistência. Não há só um fundo preocupado com este tipo de estratégias de implementação, passa a existir

“Gostaríamos de fomentar uma capacidade de fixação de população acrescida face àquilo que tem acontecido, uma maior diversidade de atividades económicas radicadas localmente, por exemplo ao nível daquilo que são as atividades económicas mais ligadas à agricultura, conseguir que em cada território se estabelecessem circuitos comerciais curtos, isto é, produzir local e consumir local.”

“As verbas LEADER que venham a estar inscritas no FEADER, ou no Programa de Desenvolvimento Rural, deverão na sua aplicação territorial ser relacionadas e pensadas em articulação com os restantes fundos.”

um conjunto de fundos que concluirão um conjunto de ações para o desenvolvimento dos diversos locais.

O LEADER tem-se dedicado às atividades não agrícolas no mundo rural. Isto significa que haverá uma alteração e passarão a ser as atividades agrícolas?

Eu estou a conversar consigo num momento em que a programação não está fechada, longe disso. O regulamento do FEADER não está aprovado em Bruxelas, portanto ainda há coisas em aberto. Eu estou-me a referir aos trabalhos que estão em curso. Eu não lhe chamaria propriamente uma inflexão. A nossa preocupação é essencialmente conseguir que os territórios rurais saiam ganhadores desta nova fase e, havendo esta necessidade e obrigação de adequação entre fundos, conseguir que os territórios rurais saiam ganhadores desta confluência.

E, portanto, aquilo que é um fundo agrícola deve ter como principal preocupação aquele conjunto de atividades agrícolas que são de particular importância na dinamização daquele território em concreto. Mas, como dissemos há pouco, isso não é suficiente, falta o resto, que são determinadas infraestruturas, determinadas atividades económicas ao nível do artesanato, ao nível de alguma transformação e outro tipo de iniciativas que encontram excelente acolhimento no conjunto de outros fundos, que vão ter aqui um acordo de parceria, no sentido de focar este conjunto de fundos naquele território, para bem daquele território.

Temos de esperar até ao fim para ver no que resulta, mas a nossa pretensão é exatamente essa: é que, deste processo de alteração, os territórios possam sair ganhadores ao nível dos instrumentos que ficarão à sua disposição.



O LEADER tem sido gerido numa escala de territórios que se mantém relativamente consensual, apenas com pequenas alterações ao longo destes últimos 20 anos. Para estes outros fundos, o FEDER, o Fundo Social Europeu, e os restantes do Quadro Estratégico Comum, está-se a pensar utilizar a mesma escala territorial? E ao nível da gestão, que tipo de entidades poderão participar na gestão descentralizada desses fundos?

Eu não posso avançar muito, há coisas que neste momento não estão em cima da mesa. Nas conversas e trabalhos onde tenho participado, e têm versado mais o FEADER e o contributo para os princípios que deverão gerir a articulação entre os fundos, a unidade ADL mantém-se como unidade base do plano de apoio ao LEADER. O conceito é exatamente o mesmo, nem penso que haja sequer alterações ao nome. É evidente que isto levanta uma segunda questão: para que os fundos possam de facto cruzar-se, o que se vai passar ao nível das entidades de gestão dos outros fundos?

Aí vai haver alterações relativamente grandes, pelo menos tudo indica que sim. Não lhe consigo falar em pormenor de quais serão, em todo o caso o que lhe conseguirei dizer é que a solução encontrada ao nível da gestão do conjunto dos fundos vai ter de permitir esta articulação. O que é a lógica da utilização multifundos? Eu diria quase que estamos condenados, no bom sentido, a que esta gestão tenha que configurar algo de escala local.

Não consigo dizer-lhe neste momento em que moldes se processará ou não a transferência de fundos para a entidade que localmente fique depois encarregue da sua gestão. Se a gestão vai ser feita nos mesmos moldes, ao nível do grau de autonomia e do tipo de funções e de obrigações que estão afetas a essas entidades, é um pouco cedo para dizermos. Em todo o caso, os trabalhos que estão em curso apontam para isso.

Nós conhecemos as virtudes do trabalho desenvolvido a este nível pelos GAL. Mas mesmo que assim não fosse, é claramente uma orientação comunitária esta necessidade de articulação e a ênfase que é dada à articulação dos fundos em cada território. Portanto, qualquer que venha a ser o modelo, ele terá como objetivo privilegiar essa articulação em termos locais.

Considera que as Associações de Desenvolvimento Local poderão no futuro vir a ter um papel mais abrangente e mais ativo na promoção do desenvolvimento local?

Se se está a referir em concreto a um papel no que diz respeito à gestão dos fundos, eu não lhe sei bem responder, nem lhe sei dizer se é isso que é o mais importante. Do meu ponto de vista, e corro o risco de estar enganado, não

me parece que seja essa a questão mais importante para as ADL.

No que estou convicto que o seu papel e a importância do seu papel vai aumentar certamente é que nós, sociedade, cada vez seremos mais exigentes com o desempenho dessas associações. Por exigência eu digo que estas associações têm de caminhar seriamente no sentido de provar o seu trabalho. Com isto não quero dizer que não têm dado provas de um bom trabalho. O que estou a dizer é que o seu papel será tanto mais importante no desenvolvimento local quanto de forma mais simples for possível em cada momento a administração monitorizar aquilo que se passa no território.

Como em tudo, nos trabalhos das ADL temos coisas extraordinárias do ponto de vista do seu resultado e temos outras que correram menos bem. Do meu ponto de vista, quando olho para o quadro anterior, aquilo que gostaria de ver de novo no quadro que se segue é exatamente a possibilidade de, em cima do momento, podermos ajudar as associações. E é aí que eu penso que a importância delas vai ser crescente. Porque se puderem ser bem monitorizadas e apoiadas, certamente que farão um melhor trabalho. Se fizerem melhor trabalho, certamente que o seu papel vai ser mais determinante no desenvolvimento.

“Nestes momentos de grande dificuldade torna-se muito evidente o bom que seria [...] termos territórios rurais mais desenvolvidos e com mais população e, portanto, menos concentração ao nível das grandes cidades, onde todas estas situações de crise se vivem de uma forma particularmente aguda.”



PROTAGONISTAS RESPONDEM A TRÊS QUES

- 1 Faz sentido territorializar as políticas públicas para promover o desenvolvimento local?
- 2 Que papel deve caber ao LEADER no quadro da abordagem?
- 3 Qual é o papel das ADL nesse



Henrique Seabra

1 A heterogeneidade entre as diversas regiões e sub-regiões conduz, frequentemente, a que as estratégias de desenvolvimento devam ser diferenciadas e devidamente adaptadas a cada uma das realidades para que se obtenha os melhores resultados, pelo que faz sentido territorializar algumas das políticas públicas de promoção do desenvolvimento local.

Falamos, por exemplo, de políticas que visem a competitividade, criação de emprego e inovação nas zonas rurais, aumentando a sua atratividade como local para viver e trabalhar e que promovam uma utilização e valorização dos seus recursos naturais. Há, contudo, que assegurar uma correta definição dos territórios, uma coerência e articulação com outras políticas públicas de carácter mais transversal, e uma clara definição de prioridades e objetivos.

Uma territorialização das políticas públicas só fará sentido se implicar uma participação ativa das comunidades locais para que se garanta a mobilização e valorização dos recursos endógenos em prol do desenvolvimento sustentado e sustentável do território em causa.

2 As avaliações aos programas LEADER têm salientado a importância que este tipo de iniciativas têm nos territórios rurais, nomeadamente como dinamizadoras da criação e desenvolvimento de competências locais. Os Planos de Desenvolvimento Locais contribuíram e contribuem fortemente para a constituição e manutenção de postos de trabalho e para a introdução de produtos e processos inovadores nas áreas do agroalimentar, turismo e lazer, serviços de proximidade e de apoio ao desenvolvimento rural

aspectos de grande importância no desenvolvimento das áreas rurais. Obviamente, no próximo período de programação se poderá equacionar uma maior abrangência das intervenções LEADER, desde logo ao nível da definição dos territórios, já que há situações em que se deve equacionar alargar o âmbito territorial para zonas periurbanas e urbanas. Todavia, se a abordagem deve ser multifundos ou não dependerá das estratégias de desenvolvimento local que vierem a ser adotadas para cada um dos territórios de intervenção.

3 O êxito das iniciativas LEADER resulta em grande medida da metodologia que é utilizada na definição das estratégias onde é, e deve ser reforçada, a participação ativa dos diversos atores socioeconómicos dos territórios em causa. Cabe às Associações de Desenvolvimento Local, enquanto entidades que agregam os diversos atores através das necessárias parcerias, assegurar a necessária dinamização do território para a execução da estratégia que definir, estimulando as comunidades rurais para a participação ativa no seu desenvolvimento endógeno.

Henrique Seabra é gestor do PRODERAM – Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira.



Fátima Amorim

1 Sim, faz todo o sentido na medida em que as políticas públicas têm como objetivo responder a questões dos setores mais vulneráveis da nossa sociedade e, por conseguinte, tem que haver uma resposta junto das populações mais atingidas por essas vulnerabilidades. Uma política pública que serve os interesses de uma determinada população de uma determinada região, pode não ser aplicável ou desejável noutra região. Neste momento, na Região Autónoma dos Açores temos políticas públicas de carácter estrutural, como a Agenda para o Emprego, e outras de carácter conjuntural, como o combate à emergência de mais populações abrangida por dificuldades económicas, em situações de pobreza e de exclusão social.

Na atual conjuntura económica e social, em que o dinheiro público é pouco e as populações fragilizadas crescem, torna-se necessário e imprescindível direcionar estas políticas para quem verdadeiramente delas deve ser beneficiário. Não se trata de fragmentar com critérios de idade, género, etc. Trata-se de intervir onde e com quem precisa mesmo de apoio.

Não quero com isto dizer que não deva existir a regulação destas políticas. Sim, deve existir, mas com carácter seletivo, canalizando todo o esforço financeiro para as situações mais prementes. No caso dos Açores, a territorialização vem acontecendo desde há muito tempo, porque cada ilha, cada concelho, cada freguesia, tem especificidades muito diferentes e as políticas públicas têm tido um olhar focalizado nessas particularidades.

Num território com uma descontinuidade geográfica como a nossa, a descentralização destas políticas é indispensável, seja ao nível das áreas da saúde, da educação, do apoio social, da habitação, etc.

Ou seja, para nós esta questão faz todo o sentido porque é uma prática de há longos anos.

2 Não é intenção da RAA ter uma abordagem multifundos. No entanto, a experiência diz-nos que a articulação entre fundos que existe atualmente não tem sido constrangedora para o desenvolvimento dos nossos territórios rurais.

3 O papel das ADL é, sem qualquer margem para dúvidas, fundamental para a implementação das políticas públicas. São organizações que se encontram no terreno, constituídas por entidades públicas, privados e particulares, com uma visão bem definida e uma missão objetiva. Trabalham com base nas necessidades que auscultam diariamente e focalizam os apoios em projetos que respondam às necessidades dos seus territórios de intervenção.

O espírito facilitador das ADL tem sido um instrumento valioso na concretização da Abordagem LEADER. Contamos com as ADL para no próximo período de programação, nos ajudarem a ultrapassar a perda de vitalidade social, a incapacidade de atrair novos residentes para o meio rural, a menor capacidade de empreendedorismo e de investimento endógeno, a pobreza, a exclusão social e outras.

Queremos que as ADL continuem a ter um papel ativo na captação de investimento em meio rural, como forma de diversificar a atividade tradicionalmente associada aos nossos territórios, que é a agricultura.

Fátima Amorim é Diretora Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura da Região Autónoma dos Açores e Gestora do PRORURAL – Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores.

TÓPICOS SOBRE POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Porquê?
multifundos que será adotada no próximo período de programação de fundos comunitários?
contexto?



Augusto Nogueira

1 Faz sentido fazer esta pergunta? Porquê? Será porque até agora as políticas públicas não foram nem são territorializadas? Será porque nos esquecemos de que todos os seres humanos são da terra e necessitam física e emocionalmente de ter a sua? Ou será que pensamos que basta ter um computador para comunicar uns com os outros e os problemas ficam resolvidos, e assim não necessitamos do contacto com a terra mãe? Qualquer política pública sem um território concreto de aplicação é como pretender lançar um barco para navegar em terra ou um trator para lavar no mar. Pretender fazer política geral e única para um território demasiado grande, cuja dimensão escapa ao conhecimento direto de quem a habita, é uma manifestação de perda de sensibilidade e da capacidade de querer compreender a diversidade humana, cultural e paisagística. Das especificidades de cada território. Uma política pública sem a definição concreta de um território cujas características a justifiquem, e muitas vezes estes territórios nada têm a ver com as divisões administrativas, porque estas são linhas de fronteira desenhadas para todos os fins possíveis, mas nunca foram pensadas em função dos interesses das populações e muito menos em prol do desenvolvimento local. É urgente focalizarmos o desenvolvimento local na sua dimensão territorial, social/económica e com rosto identitário.

2 A abordagem multifundos, que talvez venha a ser adotada no próximo QREN nacional, penso que poderá ter pouco a ver com o que os regulamentos da Comissão Europeia preconizam. Os governos nacionais dos Estados-Membros da UE, não

só o nosso, já nos habituaram e há muito tempo a “dar-lhes a volta” de acordo com os interesses do momento e quase sempre utilizando “Bruxelas” como bode expiatório. Tendo em consideração a presente situação do país, é difícil prever cenários de políticas públicas para o desenvolvimento local. Até porque, para o LEADER, penso que poderá não haver um retorno ao LEADER original. Do conceito inicial do LEADER pouco resta... E o lamentável é que nem um só grito europeu se ouviu contra.

3 Pelo que as ADL têm feito, e com resultados que superaram todas as expectativas, era natural que fossem chamadas a participarem mais ativamente no desenho de novas políticas para o mundo rural. As suas experiências têm de ser valorizadas e tidas como premissas para políticas futuras. Caso isto não aconteça, o que é lamentável, as ADL vão dar continuidade ao seu trabalho de proximidade na defesa dos legítimos interesses das populações e chamá-las à participação na gestão do seu território. Embora o trabalho das ADL aparentemente seja local, e isso implica limitações na capacidade local para se encontrarem respostas aos seus desafios, este trabalho é complementado com a cooperação nacional e internacional. Estas parcerias, estas redes, são indiscutivelmente o grande trunfo das ADL no desenvolvimento local e na aplicação *in loco* das suas estratégias de desenvolvimento.

Augusto Nogueira é coordenador da Pinhal Maior – Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul.



Elizete Jardim

1 Para mim faz todo o sentido territorializar as políticas públicas para o desenvolvimento local. Os territórios rurais têm as suas especificidades, não há muitos territórios iguais. Têm potencialidades e fragilidades diferentes. E, como tal, devem ter estratégias de intervenção também elas diferentes. A política pública a aplicar em cada um deve ter em conta essa diversidade. Os territórios periurbanos já têm vindo a ser considerados como territórios de intervenção dos GAL. Na atual conjuntura em que a agricultura voltou a ser um potencial de oportunidades de negócios e de criação de postos de trabalho, existem territórios rurais na região de Lisboa e Vale do Tejo, que até aqui não foram considerados, mas que neste momento, com os circuitos de proximidade, faz todo o sentido que o venham a ser.

2 Ao LEADER foi reconhecido um conjunto de princípios fundamentais que o transformaram numa abordagem institucionalizada, inclusive com a sua integração nos Programas de Desenvolvimento Rural. Porquê? Porque tem uma abordagem ascendente, decidida dentro no próprio território, em função das tais especificidades territoriais locais e com a intervenção da maior parte dos agentes que atuam nesses locais. Portanto, a utilização de fundos que não só os do FEADER, para a promoção dos territórios, faz todo o sentido. Além disso, esta abordagem multifundos representa a convergência de sinergias entre fundos, instituições e tipologias de investimento.

3 Devem ter o papel de gestores. As ADL têm mais de 20 anos de

experiência nos territórios e na gestão e aplicação da iniciativa comunitária LEADER, que começou por ser uma subvenção global. Começou precisamente por ser a gestão de multifundos. Os multifundos já na altura eram o FEOGA, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Desenvolvimento Regional. Portanto, como se vem discutindo a possibilidade de voltar a haver uma política de multifundos para o desenvolvimento dos territórios rurais, faz todo o sentido pegar no *know-how* já adquirido e na experiência acumulada de um conjunto enorme de gente jovem a atuar nos territórios rurais, para gerirem esta subvenção ou o envelope financeiro que vier a integrar os diversos fundos. Porque o desenvolvimento rural inclui a atividade agrícola, o desenvolvimento regional e a formação das pessoas. Faz todo o sentido que as entidades, com a credibilidade que já têm nos territórios, possam ser elas as gestoras do envelope multifundos que for destinado ao mundo rural.

Elizete Jardim é Diretora Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo.



Foto: Rui Ornelas

Territórios que marcam e criam valor

No mundo complexo em que vivemos, a criação de valor obriga muitas vezes a encontrar vias de solução “glocal”, que frequentemente passam pelo que é endógeno, autêntico, irrepetível. Assentando, por isso mesmo, numa base territorial concreta, pois esta não é transacionável. Tal tipo de constatação, sendo universal, aplica-se redobradamente a Portugal e à Região Centro.

Precisamos, portanto, de desenhar renovadas gerações de políticas públicas direcionadas para os territórios, com particular enfoque naqueles que possuem uma forte componente rural. Aprendendo com o que de positivo já se fez neste domínio, mas igualmente com aquilo que terá resultado menos bem, sem esquecer boas práticas, nacionais e internacionais.

Esta reflexão é particularmente adequada no momento que atravessamos, de grandes dificuldades, mas também de planeamento do próximo período de programação financeira, que nos levará de 2014 até 2020. E que temos de saber aproveitar de maneira conveniente, para relançar perspectivas de crescimento económico, mas igualmente para apostar na coesão territorial, enquanto vertente essencial do Desenvolvimento Regional.

Boas políticas públicas são uma vertente essencial no fomento da criação de riqueza a partir dos territórios. Única forma de lhes dar verdadeira sustentabilidade, dotando-os das Pessoas e Lugares que, conjugadamente, geram valor económico-social, com isso mesmo captando talento, as Pessoas que

fazem os Lugares, através de Lugares que fazem as Pessoas. Converte-se assim um ciclo vicioso de perdas demográficas num outro ciclo virtuoso, onde as singularidades de base territorial dinamizam as realidades locais, deste modo gerando postos de trabalho, que mobilizam as Pessoas que ajudam a consolidar os Lugares. Acreditamos que só por via de uma efetiva adesão prática ao princípio da subsidiariedade, combinada com uma real Territorialização, seremos capazes de implementar Políticas Públicas capazes de fomentar o encontro (ou reencontro) entre Pessoas e Lugares, tão bem retratado no título desta publicação.

Não podemos nem devemos deixar aqui de reconhecer o notável esforço desenvolvido pelas Associações de Desenvolvimento Local

(ADL) nesta aposta concentrada nos espaços rurais, sem a qual teríamos atualmente um Portugal ainda mais assimétrico, desequilibrado e empobrecido.

A CCDRC orgulha-se da mesma forma de, ao longo das quatro décadas que já leva de existência, ter ajudado a colocar a coesão territorial no topo das suas prioridades, através da formação de muitos dos agentes que dinamizam estes espaços (incluindo a rede de ADL), lançando iniciativas que hoje se projetam nacional e internacionalmente (como sejam as Aldeias Históricas ou a rede de Aldeias do Xisto), divulgando bons exemplos, ou gerindo programas como o VALORIZAR que, entre outras medidas, está atualmente disponível para apoiar investimentos geradores de postos de trabalho em zonas do interior, levados a cabo por microempresas.

No trabalho mobilizador que estamos a conduzir, de planeamento da Região Centro para 2014-2020, uma vez mais voltamos a assumir a coesão territorial e o desenvolvimento de base local, em áreas rurais, como sendo temas absolutamente centrais, registando com enorme agrado a qualidade e diversidade de contributos já recebidos, incluindo uma forte e profícua interação com as ADL do Centro de Portugal.

No exercício das minhas atuais funções, tento na medida do possível e de forma exaustiva estar perto dos agentes regionais, com eles interagindo numa base de proximidade territorial, o que me leva a percorrer caminhos diversificados, que se reparam pela centena de concelhos que fazem parte integrante da Região Centro. Nestas permanentes viagens tenho encontrado fantásticos exemplos de dinamização das economias locais de base rural, que nunca é demais sublinhar, reconhecer, aplaudir. Que dão nova vida a muitas das nossas “grandes” aldeias, onde é possível respirar fundo num oceano de silêncio e reencontro com as nossas próprias origens. Conferindo-lhes, por isso mesmo, redobrado encanto. Encanto que uma Pessoa muito especial, ao olhar para um certo Lugar, através de Alberto Caeiro, retratou de forma sublime, que aproveito para aqui recordar:

Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver do Universo... / Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer, / Porque eu sou do tamanho do que vejo / E não do tamanho da minha altura...

Nas cidades a vida é mais pequena / Que aqui na minha casa no cimo deste outeiro. / Na cidade as grandes casas fecham a vista à chave, / Escondem o horizonte, empurram o nosso olhar para longe de todo o céu, / Tornam-nos pequenos porque nos tiram o que os nossos olhos nos podem dar, / E tornam-nos pobres porque a nossa única riqueza é ver.

Agora mais do que nunca, em especial nos momentos de dificuldade que Portugal atravessa, precisamos de, sem qualquer desnorte ou hesitação, identificar verdadeiramente onde assenta a nossa riqueza coletiva. Percebendo que encontramos nas nossas aldeias muitas das virtualidades ímpares que nos devem inspirar no sentido de, com ambição e determinação, através de uma feliz conjugação entre Pessoas e Lugares, voltarmos a ter o tamanho que formos capazes de saber merecer. Dependente, sobretudo, da nossa capacidade de mobilização e visão coletiva. Afirmada a múltiplas escalas geográficas de análise, mas sem esquecer nunca o papel das nossas aldeias e espaços rurais. Verdadeiros tesouros de inigualável potencial, que cada um de nós deve saber reconhecer e agradecer. Territórios que criam valor, marcam quem os conhece, a que ninguém fica indiferente. Onde, como me disse recentemente um dos colaboradores da CCDRC, “é ainda possível preencher os ouvidos e encher a alma do mais puro silêncio”. Assim saibamos todos aprender a respeitar, aproveitar e dar sustentabilidade a estas verdadeiras preciosidades territoriais!



Pedro Saraiva

Presidente da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR).



Foto: Anna Cristina

Para a perspectiva territorial do desenvolvimento rural

A necessária mudança de paradigma

São três os grandes objetivos identificados para a Política Agrícola Comum (PAC) para os próximos seis anos: a) garantir uma produção alimentar viável, b) a gestão sustentável dos recursos naturais tendo em conta as alterações climáticas; c) o desenvolvimento territorial equilibrado. A formulação destes objetivos vai de encontro ao crescimento sustentável, inteligente e inclusivo que é defendido nas orientações do Horizonte 2020, a estratégia emblemática proposta pela Comissão Europeia para o mesmo período. No entanto, muito embora a racionalidade de cada um dos objetivos da PAC, o enorme desafio está na sua conjugação e compatibilização. Continuando o Pilar I fundamentalmente ligado à produção, fica para o Pilar II, o do desenvolvimento rural, a tarefa hercúlea de garantir a conjugação da produção com a gestão sustentável dos recursos naturais e sobretudo com o desenvolvimento territorial integrado. Foram definidas seis prioridades em matéria de

desenvolvimento rural: 1) Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais; 2) Melhorar a competitividade de todos os tipos de agricultura e reforçar a viabilidade das explorações agrícolas; 3) Promover a organização de cadeias alimentares e a gestão de riscos na agricultura; 4) Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas que dependem da agricultura e da silvicultura; 5) Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente as alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal, e 6) Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais. E tudo isto em territórios rurais, que incluem vários sistemas agrícolas e florestais, mas também múltiplas outras atividades, para além de características naturais muito diversas entre si, e comunidades de composição cada vez mais complexa. São assim territórios

extremamente diferenciados, e muitos deles em processos de transição multivariados. Esta diferenciação é uma riqueza e um potencial. Mas para que seja valorizada, e para que se contemplem os objetivos de coesão, as diferentes características dos territórios, das suas atividades e das suas comunidades, nas suas múltiplas combinações, têm que ser reconhecidas, respeitadas e promovidas pelas políticas públicas. Só assim estas poderão afirmar a sua legitimidade. A promoção do desenvolvimento rural implica a flexibilidade das políticas, e uma forte capacidade de adaptação ao potencial e necessidade de cada território. Mas também, políticas que consideram o território no seu conjunto. Ou seja, que consideram o território, as suas potencialidades e limitações, a atividade agrícola na sua interligação com as outras atividades, a qualidade dos ecossistemas e a conservação como potenciais para o desenvolvimento da comunidade, e que apoiem as comunidades segundo as suas características

específicas. Esta necessidade de integração estratégica foi identificada, e a Comissão Europeia, na proposta de regulamento transversal, propõe dois instrumentos de programação territorial, as ITI (Investimentos Territoriais Integrados) e os CLLD (Community-Led Local Development, ou Desenvolvimento Local de Base Comunitária, o DLBC), inspirados na abordagem LEADER e com a possibilidade de financiamento plurifundo.

Estão pois criados os instrumentos. Esta deve ser entendida como uma oportunidade para uma visão renovada do Desenvolvimento Rural em Portugal, que ganhe com a experiência do passado e compreenda os desafios do futuro. Deve ser assumida de facto uma perspectiva territorial, que se foque nos territórios rurais, sobretudo aqueles onde a agricultura não consegue ser competitiva em termos globais – uma grande maioria do território português – mas que não seja de nenhuma forma separada da agricultura. No novo equilíbrio entre as funções de produção, de proteção e de consumo, para cada território uma estratégia específica pode ser identificada e prosseguida, de forma a assegurar a ocupação e gestão do território, e o suporte dos bens e serviços públicos que a sociedade europeia cada vez mais valoriza e procura. Para tal, a política a definir tem que ser flexível, de forma a permitir a contextualização dos instrumentos definidos, e não a aplicação de instrumentos definidos uniformemente para todo o país.

Para que se consiga esta integração e flexibilidade, é fundamental que o primeiro objetivo identificado para o desenvolvimento rural, a transferência de conhecimento e à inovação, não seja minimizado. A promoção do conhecimento e da inovação tem sido uma componente esquecida nos últimos anos, e que tem agora reconhecimento, através da estratégia Horizonte 2020. No sentido de promover a inovação no setor agrícola, foi criada a PEI, a Parceria Europeia de Inovação Produtividade Agrícola e Sustentabilidade, ligado aos objetivos e gestão da estratégia 2020. Estão previstos grupos operacionais da PEI, polos e clusters e ainda projetos

piloto. Mas todas estas iniciativas estão focadas na produção agrícola. E para o desenvolvimento rural? Também aqui, dada a abrangência e ambição dos objetivos propostos, e as transições múltiplas que atravessam os territórios rurais, a inovação é fundamental. Deveria ser dada uma real prioridade ao apoio técnico, apoiado em conhecimento – para que os agentes no terreno possam desenhar e propor novas soluções, e se sintam valorizados, acompanhados, e que as suas iniciativas possam ser levadas num caminho adequado. A Rede Rural poderia desempenhar um papel-chave na formação de atores e agentes rurais, respondendo às suas necessidades específicas, fora dos canais mais ‘formais’ e tradicionais de transmissão de saber e conhecimento. E deveria ser também dada prioridade a ações inovadoras, favorecendo novos modelos, apoiando novas respostas, que mesmo que não se possam generalizar, podem servir de piloto, de demonstração, e assim levar ao reconhecimento de novas possibilidades, por outros. Em conjunto com a possibilidade de definir áreas ou temas prioritários, este apelo à inovação pode ser respondido com base nestes possíveis casos-piloto, ou experimentais, e ser apoiado através de mecanismos de apoio técnico e administrativo mobilizados para o efeito. Favorecer a inovação implica no entanto que se aceitem formas de aplicação dos instrumentos ainda não experimentadas, que haja margem para tentativa e erro, que haja incertezas e também que nem todos os fatores estejam sob controle. Mas os desafios que se colocam ao rural hoje em dia exigem novas respostas, que impliquem novos paradigmas, tanto nos conceitos, como na gestão.



Teresa Pinto Correia
Professora Auxiliar no Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas (ICAAM), Universidade de Évora.

ROTA PELAS ALDEIAS DE PORTUGAL

Onde a tradição permanece



1 Cutelo

Povoadas desde tempos imemoráveis, guardam um passado rico em cultura e património. Envolvidas por paisagens idílicas, revelam o melhor de cada lugar, a sua fauna e flora, a sua gastronomia e vinhos, as suas festas e romarias... São as **Aldeias de Portugal**.

Visitar estas singulares aldeias rurais, localizadas na região Norte de Portugal – Entre Douro e Minho, Douro Sul e Trás-os-Montes –, é depararmo-nos com um mundo onde a tradição ainda se mantém intacta.

Acham-se pontes e características capelas, castelos e fortalezas imponentes, muralhas e pontes medievais, símbolos de conquistas e façanhas notáveis.

Perde-se o olhar em palácios, quintas e moradias tradicionais, em antigos solares de traça apurada, para se fixar em edifícios termais com séculos de existência, hoje transformados em modernas estâncias balneares.

A tudo isto se juntam inúmeros monumentos de arte religiosa, igrejas românicas, barrocas e renascentistas, santuários de peregrinação obrigatória, mosteiros e

conventos cistercienses, que atestam a profunda religiosidade destas gentes.

Contudo, é a arquitetura popular que melhor reflete o modo de vida das populações locais. Ruas pavimentadas com lajes de granito e típicas casas castrejas, construídas com blocos de pedra, recebem o visitante.

Intimamente relacionado com as formas de viver e de sentir das gentes desta região está o folclore. Não há festa ou romaria digna desse nome onde não esteja



2 Castelo

presente o rancho folclórico... Ouvem-se concertinas, bombos e gaitas de foles, e as danças, de cariz religioso ou associadas aos trabalhos do campo.

Mas a oferta cultural das **Aldeias de Portugal** passa também pelos roteiros do artesanato, da gastronomia e dos vinhos.

E para quem chega desejoso dos melhores sabores, aconselha-se vivamente que prove os enchidos do fumeiro tradicional e os apetitosos queijos de cabra ou a incomparável broa confeccionada ainda segundo processos artesanais.



4 Branda d'Aveleira



3 Lindoso

Nas **Aldeias de Portugal** existem artes e ofícios ancestrais, que chegam até aos nossos dias, como o trabalho de rendeiras e bordadeiras, a cestaria, a olaria, a latoaria e as filigranas.

Emolduradas por montanhas, vales e planaltos que integram áreas protegidas e parques naturais de rara beleza e interesse ecológico, o turismo de natureza é uma proposta sempre aliciante para partir à descoberta das **Aldeias de Portugal**.



13 Porto Carvoeiro



7 Quintadona



14 Vilarinho Seco



5 Campos

abrem as portas aos visitantes.

Conciliar a rica arquitetura popular com a qualidade de acomodação devida aos hóspedes foi a principal preocupação na recuperação destas casas, quer para alojamento, quer para a restauração.

Os materiais diferem, impondo-se umas vezes o granito, utilizado nas fachadas mas também nos pavimentos, outras vezes o xisto e a lousa, que predominam em perfeita harmonia com a paisagem circundante.



11 Cidadelhe



12 Freixiel

Aventurar-se por trilhos serranos ao encontro das aldeias da transumância, ou pescar num límpido rio de montanha são apelos irresistíveis. As atividades organizadas e direcionadas para o ecoturismo não faltam, desde logo passeios a pé, a cavalo, de bicicleta ou de barco pelas frescas matas flores-

a incontornável beleza das origens, têm uma história de séculos para contar...

As **Aldeias de Portugal** são um convite irrecusável. Visite-as e deixe-se conquistar!

quadro da cooperação LEADER do PRODER, com a agregação de mais seis ADL, abrangendo a região Norte na totalidade.

A estratégia dinamizada por esta parceria tem permitido o desenvolvimento integrado e sustentado do turismo nos territórios rurais classificados, a valorização dos recursos e produtos locais e a preservação da cultura e do património do mundo rural através da marca "Aldeias de Portugal".

Investir na potenciação do Turismo de Aldeia, em paralelo com a fixação e o rejuvenescimento das populações, a valorização e promoção do património local, o reforço da identidade territorial, numa perspectiva de reforço e alargamento das parcerias locais, regionais, nacionais e transnacionais criadas, é o desafio da rede "Aldeias de Portugal", constituída, atualmente, por 83 aldeias classificadas integradas nos territórios de intervenção de 15 ADL.



9 S. Xisto

Recuperadas para um turismo que respeita integralmente a ruralidade, estas casas proporcionam um atendimento que valoriza as tradições dos territórios rurais, privilegiando o contacto com a natureza, as populações e os modos de viver rurais, com as delícias gastronómicas e o artesanato regional.

As **Aldeias de Portugal** propõem um turismo diferente, levando a locais de sonho onde ao lazer, à tranquilidade e ao bem-estar se acrescenta a possibilidade de fruição do país mais profundo e autêntico. Estão profundamente ligadas à região, à genuinidade das suas gentes, revelam

As **Aldeias de Portugal** são um novo conceito – da forma de abordar o Turismo Rural e de Habitação – que se diferencia da restante oferta por proporcionar aos seus visitantes a "experiência da ruralidade", através de um produto único e inimitável.

Este produto turístico mais personalizado, que valoriza a hospitalidade, o lazer e o espírito ecológico, é implementado pela ATA – Associação do Turismo de Aldeia, criada há 13 anos, no âmbito do programa LEADER II, resultado de uma parceria entre Associações de Desenvolvimento Local (ADL), empenhadas na requalificação, promoção e dinamização turística das aldeias rurais integradas nos seus territórios de intervenção.

A parceria, envolvendo inicialmente três ADL, alargou-se em finais de 2000, com a integração das restantes entidades gestoras do programa LEADER+ de Entre Douro e Minho, e em 2008, já no



10 Picote

tais ou pelos cursos de água, aproveitando-se os intervalos para merecido desfrute das iguarias gastronómicas da região.

Para os mais aventureiros, os desportos radicais são a melhor sugestão. Canoagem, rafting, rapel, escalada e parapente são apenas algumas atividades possíveis.

Próximas da natureza e da vida rural, as **Aldeias de Portugal** oferecem ao visitante um turismo verde, essencialmente ecológico e preocupado com a defesa e preservação ambientais.

A oferta de alojamento e restauração para quem percorre as **Aldeias de Portugal** é diversa. São muitas as casas típicas com características herdadas do meio rural que



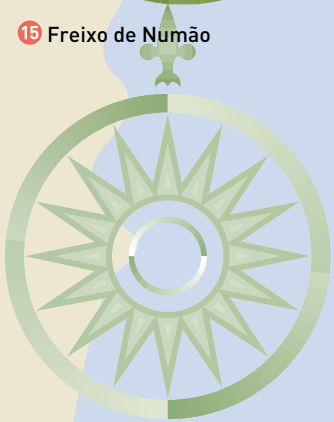
6 Pena



8 Tongobriga



15 Freixo de Numão



ATA – Associação de Turismo de Aldeia

Praça da República
4990-062 Ponte de Lima
T. 258 931 770
F. 258 931 771

www.aldeiasdeportugal.com.pt
aldeiasdeportugal@ata.pt



Casa do Largo

“A elegibilidade e aprovação da nossa candidatura pelo PRODER foi muito importante pois permitiu uma maior rapidez [...] e a melhoria sensível da qualidade final.”

Maria Vitória Fialho Paes Godinho, promotora do projeto.

Integrada na Rota do Cavalo e do Ribatejo, a vila da Golegã manifestava uma falta de capacidade de resposta a nível de alojamento turístico. Esta carência fez surgir em Maria Vitória Godinho a ideia de recuperar e ampliar a casa centenária na entrada norte da vila, de forma a dotar a Golegã de mais uma unidade turística que permitisse albergar pessoas e cavalos num só alojamento.

Para concretizar o projeto a promotora recorreu à associação CHARNECA RIBATEJANA, através da qual obteve os apoios LEADER.

Este apoio permitiu realizar a recuperação e ampliação do edifício, na qual foram utilizados materiais e técnicas locais, tentando preservar o mais possível a traça original. Foram instalados sistemas de energia solar para aquecimento de águas e utilizados materiais de isolamento térmico para melhorar a eficiência energética.

O investimento permitiu reforçar a diversidade de oferta combinada de alojamento para cavaleiros e cavalos (incluindo os serviços de apoio aos cavalos, como lavagem, armazenamento de rações e material para as camas dos equídeos), aproveitando os recursos endógenos da região, ancorados no cavalo, na cultura tauromática, na paisagem da Lezíria e numa gastronomia característica.

www.facebook.com/casadolargo.golega

Localização	Golegã
Data da candidatura	2009
Investimento total	283.135,00 EUR
Comparticipação LEADER	60%
Postos de trabalho criados	2



Acreditar 2004

“O LEADER veio, sem dúvida nenhuma, dar um enfoque às empresas locais e permitir um maior crescimento a partir daí.”

António Augusto Nascimento, gerente da FRUCAR.

A FRUCAR, constituída em 1995, é uma empresa que se dedica à comercialização de fruta, possuindo 15 postos de trabalho permanentes e contribuindo para a existência de algumas centenas de postos de trabalho sazonais, na altura da colheita da maçã.

Em 2004 a FRUCAR apresentou à DESTEQUE o projeto Acreditar 2004, com o propósito principal de dinamizar e modernizar a empresa, através da aquisição de equipamentos para aumentar a diversidade da oferta nos mercados.

Com o apoio do LEADER foram feitos alguns investimentos que permitiram a introdução de uma nova gama de frutos embalados, melhorando a conservação da fruta na época ideal de colheita e, desta forma, responder às exigências dos clientes.

Além disso, foi adquirida uma viatura pesada de transporte de mercadorias com boas condições de frio, para dar resposta ao mercado dos grandes centros urbanos, e baixando o custo dos transportes que eram suportados pela empresa, pois o posicionamento geográfico e os maus acessos, em Carrazeda de Ansiães, faziam com que o transporte de mercadorias constituísse um importante custo para a empresa.

Para António Augusto Nascimento, gerente da FRUCAR, “o apoio recebido teve projeções importantes na criação da competitividade local.”

Localização	Carrazeda de Ansiães
Data da candidatura	2004
Investimento total	157.382,00 EUR
Comparticipação LEADER	35%
Postos de trabalho criados	2



Pastelinhos de Safara

“O LEADER ajuda as empresas a desenvolverem-se.”

Francisco Sena Gorjão, proprietário da padaria.

Há oito anos que na padaria Bento Sena Gorjão, em Safara, se fazem bolos fintos, popias e torta de torresmos. “São os chamados bolos da amassadura”, explica Francisco Sena Gorjão. “A padaria em Safara vem já do tempo dos meus avós, passou para os meus pais e para mim e meu irmão.” As receitas são provenientes do tempo dos avós e contemporâneos. E assim nasceu a fábrica Pastelinhos de Safara, nome de um dos doces tradicionais.

A partir de Moura, as receitas desta padaria chegam às grandes superfícies de Lisboa. Amassados como o pão, os bolos da amassadura têm um leve sabor a erva-doce, canela e açúcar, que se convertem em iguarias que marcam a gastronomia tradicional do Alentejo.

“Pastelinhos de Safara são uns bolinhos pequeninos de massa folhada recheados com gila e açúcar. Foi com esta receita que tudo começou. Hoje, fazemos bolos fintos, conhecidos também como costas, torta de torresmos, bolo podre, ‘s’ de limão, biscoitos de azeite”.

Com os apoios LEADER recebidos através da ROTA DO GUADIANA foi possível melhorar a empresa e criar mais espaço de fabrico. Os investimentos realizados na distribuição, com o aumento do número de viaturas, deverão também repercutir-se no aumento da produção e do número de postos de trabalho.

www.pastelinhosdesafara.com

Localização	Moura
Data da candidatura	2004
Investimento total	145.404,34 EUR
Comparticipação LEADER	46%
Postos de trabalho criados	3